

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**JOHANNA TAMIRES FERREIRA DE LIMA**

**AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA DOS  
MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE SOUSA-PB**

**SOUSA – PB  
2016**

**JOHANNA TAMIRES FERREIRA DE LIMA**

**AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA DOS  
MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE SOUSA-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. José Ribamar Marques de Carvalho

**SOUSA – PB  
2016**

**JOHANNA TAMIRES FERREIRA DE LIMA**

**AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA DOS  
MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE SOUSA-PB**

Esta monografia foi dita como adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada pela banca examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PB.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Jose Ribamar Marques de Carvalho (orientador)

---

Prof<sup>a</sup> MSc. Lúcia Silva Albuquerque - Membro

---

Prof<sup>a</sup> MSc. Gianinni Martins Pereira - Membro

## **DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: Indicadores de desempenho no setor público: Um estudo nos municípios da microrregião de Sousa-PB, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa, 18 de maio de 2016.

---

**JOHANNA TAMIRES FERREIRA DE LIMA**

Orientanda

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por conceder forças para enfrentar essa longa e árdua jornada e que me iluminava nas madrugadas de estudos.

À minha mãe Betânia, por todo seu amor, dedicação e incentivo nas horas de solidão e angústia.

Aos meus familiares, que mesmo cada um com suas peculiaridades estavam sempre torcendo por mim.

Ao meu namorado Edson Braga, que soube entender a minha ausência nesse período. Mesmo estando distante estava sempre presente com suas palavras de animo e perseverança.

Ao professor e orientador Ribamar, a luz deste trabalho, pessoa a qual eu só tenho a agradecer e admirar por ter sempre me atendido e sanar as minhas dúvidas mesmo com tantas atribuições. O seu auxílio foi fundamental para o êxito deste trabalho.

À professora Janaina Melo, que dividi um período de extensão que somou bastante conhecimento para a minha vida acadêmica e profissional.

A todos os professores do CCJS , cada um com sua maneira de ministrar aulas elevaram os nossos conhecimentos e contribuíram para o crescimento e amadurecimento da vida profissional.

A todos que fazem parte desta Instituição e contribuem para que cada dia ela cresça e se torne melhor.

Aos meus amigos que mostraram está sempre comigo mesmo nos momentos de choro e aperseio.

Aos meus companheiros de aula, nos mantemos sempre unidos um pronto para ajudar o outro e para vem todos crescendo e motivar os professores a darem aula aquela turma, foram laços que ultrapassam a faculdade são para a vida.

Aos meus patrões e colegas de trabalho pelas palavras de companheirismo, pelo apoio e a força que me deram.

Enfim a todos que contribuíram diretamente e indiretamente para a realização deste trabalho. Aqui não é o final é apenas o começo.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, sem a sua presença na minha vida nada disso teria ser tornado realidade. A minha mãe, Betânia, a quem eu devo tudo. Ensinou e ensina as coisas e os valores mais lindos e que dobra os seus joelhos para me fazer ficar de pé. Aos meus avós, Antônio e Joana, para eles eu não sou neta e sim filha.

“Sem sonhos, a vida não tem brilho. Sem metas, os sonhos não têm alicerces. Sem prioridades, os sonhos não se tornam reais. Sonhe, trace metas, estabeleça prioridades e corra riscos para executar seus sonhos. Melhor é errar por tentar do que errar por se omitir!” (Augusto Cury).

## RESUMO

A aplicação dos recursos públicos deve estar direcionada a qualidade de vida da população em geral, de acordo com as necessidades de cada região. Uma vez que, o setor público envolve atividades de interesse coletivo, portanto não visa o lucro no serviço prestado, com isso, subordina-se as exigências e conveniências sociais, ainda que extensivo a toda a comunidade. Nesse sentido, torna-se relevante para as organizações públicas conhecer a melhor forma de se aplicar seus recursos, e com isso, contribuir para a sua eficiência. Assim, esse estudo teve o objetivo de avaliar o desempenho dos municípios da microrregião de Sousa-PB em relação aos indicadores sociais, financeiros e ambientais. Utilizando-se da pesquisa bibliográfica, descritiva, exploratória e quantitativa. No qual, analisou 17 municípios que envolvem a microrregião de Sousa, obtendo as informações necessárias por meio de uma coleta de dados realizada no portal do IBGE e também no site do Sagres. Sendo pesquisados 16 indicadores de desempenho no ano de 2015. Verificando na análise dos resultados que, na média geral, esses 17 municípios encontram-se em estado crítico ou de alerta, com situações de gastos elevados principalmente no indicador social, do qual refere-se a educação, saúde, transporte, assistência social, segurança, habitação e cultura. No critério ambiental, os resultados não foram muito diferentes, nenhum município teve índice aceitável na gestão ambiental, que por sinal, todos os municípios se encontram em estado crítico ou de alerta, apenas 6 das 17 cidades investiram na gestão ambiental. De um modo geral, tais municípios estão precisando de uma reformulação nos seus planos estratégicos a fim de melhorar principalmente o estado crítico dos quais se encontram a dimensão econômica, uma vez que este sustenta todos os demais setores de uma gestão municipal.

**Palavras Chave:** Indicadores de Desempenho. Setor Público. Recursos Públicos.



## ABSTRACT

The use of public resources must be turned to the quality of life of the general population, according to the needs of each region. Since the public sector involves the collective interest activities therefore is not intended to profit in the service provided, therefore, is subject to the requirements and social conveniences, even if extended to the whole community. In this sense, it is relevant to public organizations know the best way to apply its resources and thereby contribute to its efficiency. Thus, this study aimed to evaluate the performance of the micro-region of the municipalities of Sousa-PB in relation to social, financial and environmental indicators. Using the literature, descriptive, exploratory and quantitative research. In which analyzed 17 municipalities surrounding the macro-region of Sousa, obtaining the necessary information through a data collection performed on the IBGE and also in the Sagres site. Being researched 16 performance indicators in 2015. Noting the analysis of the results, the overall average, these 17 municipalities are in critical condition and alert, with situations of high spending especially in social indicator, which refers education, health, transport, social welfare, security, housing and culture. In the environmental criteria, the results were not very different, no municipality had acceptable index in environmental management, by the way, all municipalities are in critical condition and alert, only 6 of the 17 cities have invested in environmental management. In general, these municipalities are in need of a makeover in their strategic plans to improve mainly the critical state of which are the economic dimension, since it supports all other sectors of municipal management.

**Keywords:** Performance Indicators. Public Sector. Public Funds.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Microrregiões de Sousa .....	29
Tabela 2 - Classificação dos indicadores de gestão pública.....	34
Tabela 3 - Desempenho dos Municípios Dimensão Econômica .....	35
Tabela 4 - Desempenho dos Municípios Dimensão Social .....	36
Tabela 5 - Desempenho dos Municípios Dimensão Ambiental .....	38
Tabela 6 - Desempenho Geral dos Municípios .....	39

## SUMARIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 OBJETIVOS .....	13
1.1.1 Objetivo Geral .....	13
1.1.2 Objetivos Específicos.....	13
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>15</b>
2.1 GESTÃO PÚBLICA.....	15
2.2 ESTRUTURA ORÇAMENTARIA BRASILEIRA E A GESTÃO DE RESULTADO .....	16
2.3 A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....	20
2.4 A CONTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO .....	22
2.5 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NA GESTÃO PÚBLICA.....	23
2.6 ESTUDOS RELACIONADOS AO TEMA.....	24
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>28</b>
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	28
3.2 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA.....	28
3.3 COLETA DOS DADOS E INDICADORES DO MODELO.....	30
3.4 ESTRUTURAÇÃO DOS DADOS.....	32
<b>4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>35</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>41</b>
<b>REFERENCIAS .....</b>	<b>43</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>49</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Devido as constantes mudanças na economia e as necessidades de um controle orçamentário, as organizações públicas foram obrigadas a ter ações cada vez mais eficazes, no intuito de obter melhores serviços com menos recursos, mais transparência e compromisso com a sociedade.

Dessa forma, foi criada em maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, na qual estabeleceu várias mudanças na administração pública, tendo que se adaptar as regras rígidas de transparência e responsabilidade fiscal. O referido dispositivo legal passou a exigir dos gestores um melhor planejamento quanto ao uso dos recursos públicos, sendo obrigados a fornecer detalhadamente ao Tribunal de Contas da União, dos Estados e Municípios informações financeiro acerca da captação e alocação de recursos do ente público.

Mauss e Souza (2008) comentam que dentro de um ambiente dinâmico, importantes mudanças podem ser observadas na Gestão Pública, entre elas: a Lei de Responsabilidade Fiscal, a adoção de novas tecnologias gerenciais nesse setor e a implantação do sistema de custos em toda a Administração Pública. E, isso faz com que a contabilidade torne-se importante para esse setor. Existindo ainda, a obrigação do administrador público em usar corretamente os recursos disponíveis, conforme a necessidade da população. Além de divulgar de forma transparente para a sociedade, como está sendo aplicados tais recursos.

Nesse sentido, a transparência pública surge como uma ferramenta contra a corrupção, tendo em vista que ela induz os gestores a agirem com mais responsabilidade, visto que todas as pessoas podem ver e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, passando a ser controlador das ações de seus governantes, podendo acompanhar a destinação do dinheiro público, e com a oportunidade de sair de agente passivo para se tornar ativo em relação à gestão pública.

A análise das contas públicas vem sendo foco de vários estudos, tais quais: Zucatto, Sartor e Weber (2009); Venturini *et al.* (2010); Souza *et al.* (2015); Tavares e Alves (2015); Guerra e Carvalho (2015), o que denota a importância da temática no contexto da administração e gestão pública. São estudos com esta natureza que passam a apontar, dentre outros aspectos, as supostas penalidades que podem acometer os gestores

no exercício de sua função como, por exemplo, perda da função pública, indisponibilidade de seus bens, ressarcimento ao erário.

Esse cenário vem reforçar a utilização de medidas, indicadores de desempenho que possam monitorar as ações dos gestores quanto à execução de suas atividades, demonstrando o atual retrato de como se encontra a gestão sinalizando as possíveis respostas aos seguintes questionamentos: quais as áreas prioritárias da gestão do ente público (econômica, social, ambiental, político-institucional); quais as áreas mais deficitárias quando a alocação de recursos (educação, saúde, cultura, gestão ambiental, saneamento); ou ainda quais as áreas de maior arrecadação e que sinalizam menor independência financeira?

Questões como estas podem ser respondidas quando se adotam medidas, variáveis que possam subsidiar a decisão da gestão pública. De acordo com Costa e Castanhar (2003) a avaliação de desempenho para o setor público permite o controle social e uma maior transparência do resultado do uso de recursos públicos. Para a própria instituição pública, representa uma ferramenta de gestão e feedback, enquanto que, para os órgãos de controle, as avaliações representam meios de proporcionar estratégias alinhadas às ao atendimento as normas legais. Como se observa, a avaliação de desempenho no setor público pode se configurar como um instrumento essencial na busca dos objetivos da gestão pública.

Oliveira e Silva (2012) comentam que a aplicação dos recursos públicos deve estar direcionado a qualidade de vida da população em geral, de acordo com as necessidades de cada região. Sendo, influenciada por fatores como a capacidade por parte do gestor de alocá-los de forma eficiente. Kohama (2013) corrobora com esse pensamento quando menciona que esse setor envolve interesse coletivo, portanto não visa o lucro no negócio ou serviço prestado, devendo subordina-se as exigências e conveniências sociais, ainda que extensivo a toda a comunidade.

Diversos fatores têm ressaltado a importância da temática avaliativa no ambiente público. Entre esses fatores, destaca-se o fato de que a avaliação do desempenho tem representado, em geral, uma maneira de verificar a capacidade do poder público de promover o desenvolvimento através do uso de recursos públicos, econômicos e sociais (MATIAS-PEREIRA, 2014). Dessa maneira, a avaliação e o monitoramento passam a ter um papel essencial no desenvolvimento da democracia e da eficiência pública (ARRETCHE, 1998; BEZERRA, 2016).

Analisando os aspectos elencados e observando o contexto da gestão pública brasileira, pode-se afirmar que os municípios representam um importante objeto de avaliação no cenário local, regional e nacional. Isso se em razão da proeminência dos municípios no que se refere aos financiamentos e gastos do setor público, além do papel central que as municipalidades estão exercendo na execução de políticas públicas no Brasil (SANTOS, 2003). Dito isto, surge o seguinte problema de pesquisa: **Quais os municípios da microrregião de Sousa, PB, apresentam melhor desempenho da gestão pública em termos de aspectos de arrecadação de recursos públicos (dimensão econômica), alocação de recursos sociais (dimensão social) e alocação de recursos ambientais (dimensão ambiental)?**

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo Geral

Avaliar o desempenho da gestão pública dos municípios da microrregião de Sousa-PB em relação aos aspectos de arrecadação de recursos públicos (dimensão econômica), alocação de recursos sociais (dimensão social) e alocação de recursos ambientais (dimensão ambiental).

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- I. Evidenciar os indicadores relacionados à medição de desempenho da gestão pública dos governos municipais;
- II. Analisar o comportamento dos indicadores do modelo quanto aos aspectos de arrecadação de recursos públicos (dimensão econômica), alocação de recursos

sociais (dimensão social) e alocação de recursos ambientais (dimensão ambiental);

- III. Comparar o desempenho dos municípios para demonstrar quais apresentam melhor situação em termos de arrecadação e alocação dos recursos públicos;
- IV. Construir um *ranking* final que permita identificar e comparar os desempenhos dos governos municipais investigados da área de estudo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 GESTÃO PÚBLICA

A relação do Estado com a Sociedade vem sendo construída através da participação dos cidadãos, no qual todos exerçam plenamente a cidadania, e exijam cada vez mais transparência nas ações do governo. Uma vez que, a conscientização e formação do cidadão viabilizam e incentivam uma participação social, tornando-se essencial para o desenvolvimento da nação.

Compreende-se que a administração pública envolve todos os entes, políticos e administrativos, que têm a missão de executar as ações concretas que viabilizem a necessidade social. Ou seja, são agentes vinculados ao Estado que visam assegurar a satisfação das necessidades coletivas, tais como a segurança, a cultura, a educação e o bem-estar.

Quanto as atividades exercidas pelo poder de Estado, alguns serviços devem ser centralizados, competindo-lhes a defesa e segurança do território nacional, bem como controle e fiscalização das instituições de crédito e de seguros, além da execução de planos nacionais de educação, saúde e os regionais de desenvolvimento. Dentre outros serviços, cabe ainda ao Estado, garantir a distribuição da justiça e medidas compulsórias em relação aos indivíduos (KOHAMA, 2013).

Nesse contexto, sob a percepção desse autor, a administração pública brasileira deparou-se com a necessidade de imprimir mudanças estruturais em sua forma de planejar e administrar. Essa mudança se deu por meio de uma nova Gestão Pública que trata de um melhor gerenciamento do patrimônio público, através de uma administração mais gerencial e transparente, influenciada também pela administração privada.

A decisão do setor público deve ser relacionada com a prestação de serviços bem planejado, buscando obter melhores resultados e qualidade dos serviços prestados a sociedade. Assim, torna-se possível verificar como está sendo aplicados os recursos públicos, mostrando ainda qual é o retorno obtido na execução dessas atividades.

Com isso, importantes alterações foram realizadas na Gestão Pública, entre elas, a adoção de novas tecnologias gerenciais e a implantação do sistema de custos, para que seus recursos fossem melhor aplicados em prol da população, inserindo a gestão administrativa no âmbito das Organizações Modernas (MAUSS; SOUZA, 2008).



Fatores esses, que se tornaram um desafio para os governos e a administração pública, no qual se busca um desenvolvimento econômico, social e sustentável por meio de mudanças, que exige a revisão de modelos de gestão através de novas formas de relacionamento com a sociedade. Adotando métodos e técnicas que possibilitem uma maior autonomia, com responsabilidade e transparência, pois só assim poderá alcançar os objetivos, nem como mensurar e comparar resultados (KANUFRE; REZENDE, 2012).

O surgimento do conceito específico de avaliação do desempenho estatal surge após a segunda guerra mundial. Inicialmente, o seu desenvolvimento se deu através da busca dos economistas em desenvolver métodos para analisar as vantagens e custos de programas públicos. Com o passar do tempo, e com o aumento da complexidade do setor público as avaliações precisaram ser reformadas e assumiram um caráter mais abrangente, indo além da visão contábil econômica (CONTANDRIOPOULOS *et al.*, 1997).

Como se observa a gestão pública necessita de uma redefinição de suas formas de atuação, dentre elas a de busca desenvolver melhores formas de avaliar suas ações com vistas a buscar e incorporar uma gestão baseada em resultados, capaz de realizar planejamentos mais robustos e com maior embasamento metodológico, na tentativa de gerar maiores benefícios. Como por exemplo, maiores níveis de aprendizagem institucional, maior legitimidade social e política frente a sociedade, maior promoção da transparência e do *accounttability*, fomento à democratização da gestão pública (RUA, 2010).

## 2.2 ESTRUTURA ORÇAMENTARIA BRASILEIRA E A GESTÃO DE RESULTADO

No Brasil, de acordo com a Constituição de 1988 (CF/88), a estrutura político-administrativa é dividida em três níveis de governo: Federal; Estadual, incluindo o Distrito Federal, e Municipal. Cada um desses níveis é autônomo, mas podem atuar em conjunto a fim de atingir o objetivo de satisfazer às necessidades da coletividade, com a criação, realização e expansão de serviços públicos.

De acordo com Reis *et al.* (2014) os gestores de entes públicos devem cumprir os princípios constitucionais como forma de reger suas condutas à frente das organizações públicas as quais administram. Os princípios que norteiam a administração pública são:

legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e estão dispostos na Constituição Federal.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 165, incisos I, II, III, define como competência do Poder Executivo (da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios) a elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Nesse contexto, verifica-se que para o atendimento do que foi proposto no orçamento faz-se necessário se utilizar de itens relacionados ao planejamento, e que esteja fundamentado na legislação em vigor, conforme prescreve a CF/88, no Art.165, conforme as Leis de iniciativa do Poder Executivo, que determinam o Plano Plurianual; as Diretrizes Orçamentárias; os Orçamentos Anuais.

De acordo com Mauss e Souza (2008), o setor administrativo público pode fixar a estratégia que orientará suas ações durante toda a execução dos planos conforme o atendimento que foi proposto no orçamento. Assim, em cada exercício, o Plano Plurianual (PPA) será formado em planejamentos operacionais através das Leis: Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Observa-se, ainda sob a percepção desses autores que a gestão por resultados, inicia-se no momento normativo, depois faz um planejamento estratégico, elaborando o PPA. Logo em seguida vem o momento tático e o planejamento operacional, conforme a LOA e LDO. Por fim, o que foi planejado é executado e com isso, torna-se possível obter um controle sobre o orçamento, com o objetivo de ajudar na tomada de decisões, possibilitando ainda na transparência dos serviços prestados.

O PPA é considerado a principal estrutura de planejamento para uma governança Art. 165, § 1º, p. 101 “[...] de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal [...]” (CF/88). Sendo considerada como um elemento orçamentário que deve ser executado num período de quatro anos onde se estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração dos entes federativo. É à base do planejamento público ao orientar a LDO, os orçamentos anuais e os planos instituído ao longo de sua vigência.

A LDO dispõe sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, sendo extraída do Plano Plurianual. Tem a função de estabelecer as metas anuais a serem executadas pelo Poder executivo, em valores correntes e constantes, relativo às despesas e receitas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública. Sob a percepção Kohama (2010, p. 36-37), tem “[...] de forma a adequá-los às diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidos no plano plurianual”.

A LOA discrimina as receitas e despesas públicas, segundo Andrade (2002, p. 54) “de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade”. Em outras palavras, essa lei prevê as quantias de moeda que, num período determinado, devem entrar e sair dos cofres públicos (receitas e despesas publicas), com especificação de suas principais fontes de financiamento e das categorias de despesas mais relevantes.

Pode-se afirmar que a LOA é elaborada com base no Plano Plurianual e na LDO, e nela está contida toda a programação a ser executado pelo chefe do Poder Executivo. Dessa forma, nada poder ser realizado e gasto sem que esteja autorizado pela LOA, caso haja alguma atividade a ser desenvolvida pelo Estado (União, Estado, Distrito Federal e Municípios) que não esteja consignado no orçamento, terá que ser enviado Projeto de Lei ao legislativo solicitando autorização para tal finalidade.

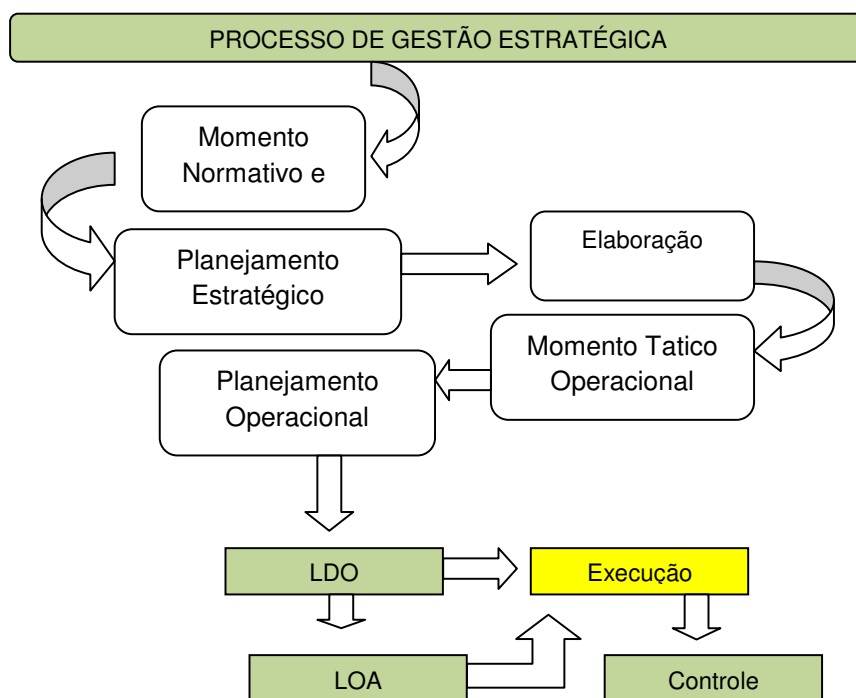
A origem da vertente da qual deriva a administração pública gerencial brasileira está ligada ao intenso debate sobre a crise de governabilidade e credibilidade do Estado na América Latina durante as décadas de 1980 e 1990. Esse debate se situa no contexto do movimento internacional de reforma do aparelho do Estado, que teve início na Europa e nos Estados Unidos (PAULA, 2005).

No Brasil, esse movimento ganhou força nos anos 1990 com o debate da reforma gerencial do Estado e o desenvolvimento da administração pública gerencial. A crise do nacional-desenvolvimentismo e as críticas ao patrimonialismo e autoritarismo do Estado brasileiro estimularam a emergência de um consenso político de caráter liberal que, segundo nossa análise, se baseou na articulação das seguintes estratégias: a estratégia de desenvolvimento dependente e associado; as estratégias neoliberais de estabilização econômica; e as estratégias administrativas dominantes no cenário das reformas orientadas para o mercado (PAULA, 2005).

Diante disso, sob a percepção de Leite Filho e Fialho (2015) buscou-se na gestão pública gerencial um meio de alcançar os interesses dos cidadãos, oferecendo a sociedade um serviço de qualidade, menos burocrático e com um controle social mais transparente. Já que essa nova gestão tem como objetivo o de praticar uma administração mais gerencial e eficiente, evitando o desperdício dos recursos, os desvios e as corrupções.

Assim, entende-se que esse novo modelo gerencial sugere que os serviços públicos sejam planejados e transparentes, prevenindo riscos e desvios que podem afetar o equilíbrio das contas públicas. Começando assim uma nova era na gestão publica principalmente relacionado com processo orçamentário.

É nesse sentido, que a decisão no setor público deve estar voltada para a prestação de serviços bem planejado, de forma a obter melhores resultados com qualidade e transparência dos serviços prestados para com a sociedade. Assim, com a prática contínua de um modelo de gestão, torna-se possível verificar como estão sendo aplicados os recursos públicos, mostrando ainda qual é o retorno obtido na execução dessas atividades.



**Figura 1 - Estrutura do modelo de gestão pública por Resultado**

Fonte: Adaptado de Mauss e Souza (2008, p.76).

Nesse sentido, para se obter uma gestão por resultados, é necessário realizar planejamentos capazes de avaliar o desempenho dos serviços prestados. A Figura 1 evidencia de forma eficaz de uma gestão estratégica.

Observa-se que a gestão por resultados, inicia-se no momento normativo, depois faz um planejamento estratégico, elaborando o PPA. Logo em seguida vem o momento tático e o planejamento operacional, conforme a LOA e LDO. Por fim, o que foi planejado é executado e com isso, torna-se possível obter um controle sobre o orçamento, com o objetivo de ajudar na tomada de decisões, possibilitando ainda na transparência dos serviços prestados.

## 2.3 A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Como forma de dar mais transparência as ações do governo e assim permitir aos cidadãos terem acesso às contas públicas e impor limites e metas numéricas aos gestores da política fiscal, surgiu a Lei Complementar nº 101 de 2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Para Matias-Pereira (2006), a implementação da LRF visa a aumentar a qualidade das ações de gestão fiscal dos recursos públicos confiados aos agentes da administração pública de todas as esferas de governo e coibir os abusos que provocam danos ou prejuízos ao patrimônio público.

A LRF introduziu novas obrigações para o administrador público dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, impondo disciplina fiscal em relação à elaboração e execução dos orçamentos da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios. Permitindo ao governo um demonstrativo das receitas (finanças) a serem arrecadadas e mediante isto planeja as políticas públicas a serem executadas em benefício da população. A referida Lei traz em seu Artigo 1º:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a Administração Pública, mediante LRF tem a obrigação de executar suas atividades de forma planejada e transparente, mantendo o equilíbrio de suas contas públicas, de forma que, a administração deve ser eficiente e com seriedade.

Compreende-se também que a LRF exige maior transparência na evidenciação municipal, através da publicação de relatórios como: relatório da gestão fiscal, relatório resumido da execução orçamentária, relatório dos tribunais de contas, das comissões parlamentares, relatório de conselhos comunitários.

Os instrumentos preconizados pela LRF para o planejamento do gasto público são os mesmos já adotados na Constituição Federal: o Plano Plurianual - PPA, a Lei de

Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA. De acordo com Nascimento e Debus (2001) a transparência será alcançada através do conhecimento e da participação da sociedade, assim como na ampla publicidade de todos os atos e fatos ligados à arrecadação de receitas e à realização de despesas pelo poder público.

Segundo Viana *et al.* (2011), os gestores devem se atentar aos os limites que são impostos nas legislações para que os gastos públicos não os ultrapassem, destacando recursos públicos para a garantia dos direitos sociais preconizados pela Constituição brasileira. De acordo com Sousa *et al.* (2011) como forma de verificar se os direitos sociais previstos na Constituição estavam sendo colocados em prática pelos gestores criou-se os indicadores sociais para que possa ser medido o desempenho dos municípios no que se refere a esses direitos.

Compreende-se que, uma gestão transparente se dá por meio da publicidade da arrecadação de receitas e da realização de despesas relacionadas aos atos e fatos do setor público. Assim, os entes dos órgãos públicos devem evidenciar os relatórios de suas gestões orçamentárias, buscando com isso, deixar a população informada sobre as devidas ações dos serviços prestados. Devendo ainda seguir seus orçamentos de acordo com os limites estabelecidos na legislação, aplicando os recursos disponíveis de forma a garantir os direitos sociais, determinados pela CF/88.

Para Oliveira e Silva (2012 *apud* Filho *et al.* 2015) “as melhorias no nível de qualidade da vida da população e o crescimento da renda caracterizam o desenvolvimento econômico municipal.” As variáveis Renda *per capita* e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) são considerados na literatura como indicadores potenciais para avaliação do nível de desenvolvimento de um município, localidade, região ou país.

Do exposto, depreende-se que para o gestor público atuar de maneira mais alinhada ao que determina a legislação precisa adotar práticas que estejam mais alinhadas ao acompanhamento de sua arrecadação e da alocação de seus recursos como forma de apoiar melhor as decisões no âmbito da administração pública. O referido dispositivo legal da LRF acaba por contribuir para a busca por novos indicadores no âmbito da gestão pública fortalecendo as estratégias de transparência, quando efetivamente adotadas.

## 2.4 A CONTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO

No Brasil, a contabilidade na área pública é regida pela Lei nº 4.320/1964, que por sua vez está relacionada com as normas, os procedimentos e a forma de divulgação dos balanços e demonstrações contábeis para o setor público. Estabelecendo normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Com relação às demonstrações contábeis que devem ser publicados nesse setor, incluindo as exigidas pela Lei 4.320/64, são: Balanço Patrimonial (BP); Balanço Orçamentário (BO); Balanço Financeiro (BF); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); Demonstração do Resultado Econômico (DRE); e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Assim, o setor público tem a obrigatoriedade de ajustar suas respectivas demonstrações contábeis direcionando-as a um sistema de controle. Através de ações planejadas e transparentes, que possibilitam o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência de limites e condições estabelecidos pela legislação brasileira. Devendo evidenciar as informações obtidas pela contabilidade de forma clara e objetiva, principalmente sobre os recursos financeiros disponíveis e aplicados nas instituições.

Segundo Dantas, Zendersky e Niyama (2004, *apud* Macedo e Klann, 2012) a evidenciação “não significa apenas divulgar, mas divulgar com qualidade, oportunidade e clareza”. Pois, só assim poderá alcançar a transparência desejada, devendo divulgar informações qualitativas e quantitativas, que possibilitem aos usuários a compreensão das atividades desenvolvidas.

No Brasil, a evidenciação contábil na área pública está regida pela LRF, que estabelece nos artigos 48, 49, 50, 51 e 67, incisos III e IV, aspectos ligados à transparência e à divulgação de informações, a fim de proporcionar o acesso à informação e garantir a participação da sociedade. Observa-se ainda na LRF, em seu art. 50, as diretrizes da escrituração contábil:

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

I - a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;

II - a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;

III - as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente;

IV - as receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos;

V - as operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros, deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor;

VI - a demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.

Diante desse contexto, sob a percepção de Souza *et al.* (2008), a LRF não se restringe apenas à determinação de limites relacionados aos gastos e ao endividamento do setor público, mas também considera as normas para o registro das informações financeiras. No entanto, ela estabelece diretrizes para a elaboração, execução, avaliação e divulgação dos relatórios contábeis para o público em geral.

Quanto a transparências das informações contábeis, verifica-se no art. 51 da mesma lei que a União solicitará a “consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público”. De acordo com § 2º o não cumprimento dos prazos estabelecidos para cada ente federativo impedirá que o mesmo receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, até que a situação seja regularizada.

Diante dos fatos expostos, entende-se que a contabilidade aplicada ao setor público é organizada na forma de sistema de informações, no intuito de auxiliar a administração pública no seu desempenho contábil, bem como na avaliação dos resultados obtidos na execução dos seus planejamentos.

## 2.5 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NA GESTÃO PÚBLICA

A avaliação de desempenho organizacional tanto no âmbito público como privado configura-se como um instrumento e ou ferramenta fundamental ao processo de decisão. Especialmente no âmbito da gestão pública subsidia o processo de implantação e monitoramento das políticas públicas (GUIMARÃES, JANNUZZI, 2004), uma vez que



se entende que existem muitas partes interessadas na avaliação de desempenho (cidadãos, meios de comunicação, representantes eleitos, governo central, agências reguladoras) (POLLANEN, 2005). Essa demanda justifica estudos empíricos sobre o desempenho socioeconômico municipal (SOUZA *et al.*, 2014).

Diante das diversas responsabilidades legais e sociais atribuídas para os municípios, torna-se essencial que ocorra a verificação e a avaliação do desempenho das gestões municipais. Esses estudos e pesquisas avaliativas surgem como maneira de prover a sociedade e os gestores públicos de informações sobre o real cenário dos municípios brasileiros (BEZERRA, 2016).

Nesse sentido, a busca pela eficiência refere-se ao atendimento das metas planejadas com qualidade. Caso a administração seja eficiente nas ações governamentais, com o equilíbrio das contas públicas, a otimização dos recursos, aliados à satisfação do usuário, é sinal de que o gestor obteve sucesso em sua administração (SOARES *et al.*, 2011). Sendo assim, entende-se que definir melhores formas de avaliar a gestão pública através da medição de desempenho empresarial, pode trazer relevantes contribuições para as partes interessadas na gestão pública.

Slomski (2003) defende que na administração pública, é, certamente, onde mais deve estar presente a filosofia da *accountability* (dever de prestar contas), pois, quando a sociedade elege seus representantes, espera que os mesmos ajam em seu nome, de forma correta, e que prestem contas de seus atos. Nesse sentido, a avaliação da performance dos entes públicos assumem papel de relevante importância, não apenas pela imperiosidade da lei, mas também como instrumento de gestão pública para proporcionar instrumentos de controle dos gastos públicos.

Na medida em que os municípios assumem mais responsabilidades na execução de políticas públicas, essas municipalidades tornam-se as principais responsáveis pelo bem-estar do cidadão (BEZERRA, 2016). É nesse contexto que os estudos avaliativos surgem, buscando preencher as lacunas existentes em relação a adoção de medidas de performance no contexto específico da gestão pública.

## 2.6 ESTUDOS RELACIONADOS AO TEMA

Observa-se no Brasil um significativo número de publicações acadêmicas que tratam sobre a avaliação do desempenho municipal. As abordagens utilizadas para avaliar

o desempenho da gestão municipal vão desde a proposição de modelos de avaliação até a aplicação de técnicas estatísticas para analisar os indicadores municipais (BEZERRA, 2016).

Fervorini (2010) realizou estudo procurando verificar como é feita a avaliação de desempenho em município. Através da realização de um levantamento de questionários, foi possível identificar o perfil de 67 (sessenta e sete) municípios do estado de São Paulo no que tange à prática da avaliação de desempenho. A autora conclui que ainda há uma visão tradicional sobre a importância e aplicação das avaliações de desempenho no contexto municipal, além de haver um foco excessivo nas questões financeiras.

Santos e Andrade (2013) analisaram a situação da prefeitura de Patos de Minas, no setor patrimonial, financeiro e orçamentário no período de 2007 a 2012. Os autores concluíram que é interessante uma análise mais aprofundada do ente público municipal, por meio da aplicação de outros indicadores, principalmente, na criação de novos que facilitem aos gestores a interpretação dos indicadores já existentes.

Mello *et al.* (2005) verificaram se ocorreram mudanças significativas no endividamento dos Estados Brasileiros após a implantação da LRF, na tentativa de demonstrar se os referidos Estados cumpriram com os limites de endividamento estabelecido na LRF e fixados pelo Senado Federal. Concluíram que não ocorreram mudanças significativas, pois, tanto a relação do comprometimento de RCL no montante de dívidas líquidas quanto os prazos de amortização da dívida não sofreram alteração. O que alterou foram os valores de amortização da dívida, os quais aumentaram após a implantação da lei.

Souza *et al.* (2014) analisaram se, estatisticamente, há diferenças no desempenho, nas dimensões financeiras e socioeconômicas de municípios gaúchos emancipados e respectivos municípios de origem. Os indicadores relativos aos gastos com educação, saúde, cultura, saneamento, habitação e urbanização são inferiores nos municípios emancipados.

Tavares e Alves (2015) analisaram a evolução dos indicadores de desempenho dos gastos públicos em educação básica nos municípios do Cariri Ocidental da Paraíba no período de 2007 a 2011. Obtendo nos resultados que o percentual de alunos que dependem do uso de transporte escolar subiu, representando 27,07% do alunado bem como uma queda de 19,86% no percentual de docentes com ensino médio/magistério. Concluindo-se que aos indicadores de desempenho dos gastos públicos em educação

básica que a região estudada tende a possuir resultados acima da média do Estado da Paraíba.

Encontra-se ainda a pesquisa de Guerra e Carvalho (2015) que buscou identificar os indicadores fiscais mais importantes, dentre os referenciados pela literatura, segundo a percepção dos gestores fiscais. Tais autores concluem que o estudo revela a importância do acompanhamento sistemático pela gestão pública das ações refletidas nos indicadores fiscais, tendo em vista que sua mensuração e observância consolidam o entendimento da adoção da governança fiscal como mecanismo para se alcançar uma gestão fiscal eficiente.

No tocante a adoção de gestão por processos no setor público, Biazzi Muscat e Biazzi (2009) apresentaram um estudo de caso em uma Instituição Pública de Ensino Superior. Verificando que os resultados foram satisfatórios, uma vez que o processo estudado apresentou melhoria em relação aos aspectos tempo de atravessamento e qualidade.

Zucatto, Sartor e Weber (2009) pesquisaram sobre os indicadores de desempenho em escolas públicas de ensino fundamental do município do Noroeste do Rio Grande do Sul. Para esses autores tais indicadores permitem um comparativo do desempenho entre as escolas contribuindo para a investigação do orçamento. Obtendo nos resultados da análise que existe a oportunidade de implantar um sistema de acompanhamento capaz de controlar os recursos empregados de forma eficaz e com o cumprimento das metas.

Soares *et al.* (2011) demonstra em que medida os índices de análise econômico-financeira podem ser empregados na administração pública a fim de se estabelecer um *ranking* na gestão de municípios, evidenciando a importância em se utilizar ferramentas de análise de balanço, que auxiliem a gestão pública responsável na busca por economicidade, eficiência e equilíbrio das contas públicas.

Yetano (2013) evidencia em seu estudo que a maioria dos governos locais tem utilizado a ferramenta de avaliação do desempenho em governos locais de maneira superficial, não atentando para o uso instrumental da avaliação e gestão do desempenho, como forma de redefinir objetivos e estabelecer novas práticas de planejamento e de definição de novas rotinas.

Nydia (2015) estruturou um modelo de indicadores para governos locais na Indonésia. O modelo de indicadores proposto foi criado buscando evidenciar e detectar tanto as melhorias no desempenho dos governos locais como também os defeitos apresentados por essas instituições.

Bezerra (2016) propôs um modelo de avaliação do desempenho da gestão pública baseado em indicadores das funções dos governos municipais capaz de estabelecer ranking de comparações entre as cidades. O estudo fez o uso das técnicas da análise multicritério e demonstrou ser viável quanto metodologia de análise da gestão pública.

Araújo e Tejedo-Romero (2016) estudaram a transparência de índice em municípios espanhóis, com vistas a determinar as principais características que estão afetando o índice de transparência naquele país. Os resultados mostram que os fatores políticos como a taxa de participação eleitoral, ideologia política e competição política tem um efeito significativo sobre o índice de transparência.

Observa-se que ambos os estudos buscam diversos tipos de informações (nos setores de saúde, educação, agrícola tributário, e ambiental) através da evidenciação contábil no setor público. Nesse sentido, temas relacionados ao desempenho dos municípios tornam-se relevante, já que possibilitaram realizar o monitoramento das ações governamentais, podendo tornar um instrumento de auxílio ao processo decisório e supostamente à adoção de práticas e estratégias de gestão pública mais eficientes, eficazes e efetivas. As experiências supra podem servir de base de informação para a sociedade local, como também para os demais usuários interessados.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Quanto aos fins, esse estudo classifica-se como uma pesquisa exploratória e descritiva. Já que, buscou ter um conhecimento do assunto para que se possa evidenciar o desempenho dos municípios da microrregião de Sousa-PB em relação aos indicadores econômicos, sociais e ambientais.

Nesse sentido, Vergara (2014) explica que a pesquisa exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Já a pesquisa descritiva, Gil (2010) explica que tem por finalidade direcionar aspectos voltados para o contexto prático. Nesse sentido tal estudo busca descrever os indicadores e analisar os índices de cada cidade da amostra como positivo ou negativo.

Quanto aos meios classificam-se como bibliográfico e documental, no qual feito uma coleta através de documentos publicados em sites de órgãos públicos. Nesse caso, se buscou estudar o desempenho dos municípios da microrregião de Sousa-PB, quanto aos aspectos de arrecadação e alocação de recursos públicos. Adotou-se a estratégia de classificar em três dimensões para facilitar melhor entendimento: arrecadação (econômicos), alocação de recursos sociais e alocação de recursos ambientais.

Apresenta abordagem quantitativa, visto que o procedimento para se chegar aos resultados foram realizados por meio de técnicas estatísticas (medidas de estatística descritiva: média, valor mínimo e valor máximo). Tais medidas foram adotadas para padronizar os dados, uma vez que se fez o uso da mesma metodologia adotada por Sepúlveda (2005), Waquil *et al.* (2007), Martins e Cândido (2010), Carvalho *et al.* (2015), conforme descrito na etapa de coleta e estruturação dos dados.

#### 3.2 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

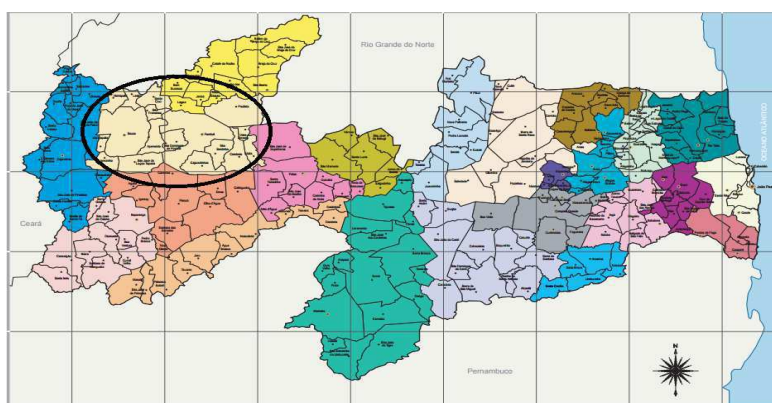
A microrregião selecionada é a Microrregião de Sousa que é composta por 17 municípios, de um total de 223 municípios do Estado da Paraíba, verificando-se na tabela 1 as cidades da microrregião de Sousa e a quantidade estimada da população de cada uma delas, de acordo com os dados publicados no portal do IBGE, no ano de 2015.

**Tabela 1- Microrregiões de Sousa**

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO - 2015
Aparecida	8.263
Cajazeirinhas	3.165
Condado	6.733
Lastro	2.765
Malta	5.672
Marizópolis	6.522
Nazarezinho	7.318
Paulista	12.216
Pombal	32.712
Santa Cruz	6.579
São Bentinho	4.451
São Domingos de Pombal	3.061
São Francisco	3.375
São José da Lagoa Tapada	7.677
Sousa	68.822
Vieirópolis	5.295
Vista Serrana	3.744

Fonte: IBGE (2015)

Essa região foi escolhida pelo fato de está localizada em uma microrregião que apresenta grande representatividade econômica para o Sertão do Estado da Paraíba e supostamente necessita de melhores estratégias de gestão pública para minimizar os efeitos da disparidade econômica, social e ambiental (NÓBREGA; CARVALHO, 2015).



**Figura 2- Localização da microrregião de Sousa**

Fonte: [www.aesa.pb.gov.br](http://www.aesa.pb.gov.br), 2016.

A figura 2 evidencia o mapa do Estado da Paraíba, sendo destacada a área na qual se encontra a microrregião de Sousa, composta por 17 municípios, como já mencionado anteriormente nesse estudo.

### 3.3 COLETA DOS DADOS E INDICADORES DO MODELO

Para este trabalho foram coletados dados na fonte do IBGE para procurar o total de habitantes de cada cidade da Microrregião de Sousa, no intuito de calcular os gastos per capita por município. Adotando esta estratégia se buscou ajustar melhor os indicadores aos parâmetros de análise do modelo, uma vez que avaliar a *performance* dos municípios através de gastos globais notadamente estaria dando prioridade aos municípios de maior densidade demográfica, arrecadação e alocação de recursos.

A base de dados utilizada foi o Sagres On-line<sup>1</sup>, já que o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), no exercício de sua competência, possibilita o controle social, ao pôr em prática o princípio da transparência, e disponibiliza as principais informações relativas à gestão pública fornecidas pelos respectivos gestores, sem que sobre ela haja emitido qualquer juízo de valor.

Indicador	Fórmula	Objetivo	Relação / Fonte
<b>DIMENSÃO ECONÔMICA (Arrecadação de Recursos)</b>			
Receita corrente <i>per capita</i>	$RCP \text{ per capita} = \frac{\text{Receita Corrente Total}}{\text{População total}}$	Avaliar a capacidade da gestão de arrecadar as receitas destinadas a cobrir as despesas orçamentárias que visam à manutenção das atividades governamentais.	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: <a href="http://sagres.tce.pb.gov.br/">http://sagres.tce.pb.gov.br/</a>
Receita tributária total arrecada <i>per capita</i>	$RTA \text{ per capita} = \frac{\text{Receita Tributária (receita corrente) Arrecada}}{\text{População total}}$	Avaliar a capacidade do gestor na arrecadação de tributos – impostos, taxas e contribuições de melhorias.	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: <a href="http://sagres.tce.pb.gov.br/">http://sagres.tce.pb.gov.br/</a>
Receita patrimonial <i>per capita</i>	$\text{Receita patrimonial per capita} = \frac{\text{Total da receita patrimonial}}{\text{População total do município}}$	Avaliar o recurso arrecadado por meio da utilização do patrimônio público	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: <a href="http://sagres.tce.pb.gov.br/">http://sagres.tce.pb.gov.br/</a>

<sup>1</sup> <https://sagres.tce.pb.gov.br/index.php>

Receita total de serviços <i>per capita</i>	Receita total de serviços <i>per capita</i> = Receita total de serviços arrecadada / População total	Avaliar a capacidade de arrecadação total da administração pública caracterizadas pelas prestações de serviços financeiros, transporte, saúde, comunicação, portuário, armazenagem, de inspeção e fiscalização, judiciário, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes a atividades da entidade, entre outros.	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: <a href="http://sagres.tce.pb.gov.br/">http://sagres.tce.pb.gov.br/</a>
Fundo de Participação dos Municípios (FPM) <i>per capita</i>	FMP <i>per capita</i> = FPM arrecadado / População total	Avaliar a capacidade de captação de transferências constitucionais da União	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: <a href="http://sagres.tce.pb.gov.br/">http://sagres.tce.pb.gov.br/</a>
Receita total arrecadada <i>per capita</i>	Receita total arrecada <i>per capita</i> = Total da receita patrimonial / População total do município	Avaliar o recurso total arrecadado pelo município para manter financiar as despesas públicas.	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: <a href="http://sagres.tce.pb.gov.br/">http://sagres.tce.pb.gov.br/</a>
<b>DIMENSÃO SOCIAL (Alocação de Recursos Sociais)</b>			
IDH-M	O índice, considerado aqui como indicador, varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total).	Esse indicador apresenta sua relevância, visto que fornece um retrato do nível de desenvolvimento através de aspectos de educação, longevidade e renda.	Fonte: IBGE Banco de dados @cidades, seleciona o município.
Gastos em saúde <i>per capita</i>	Gastos em saúde <i>per capita</i> = Total gasto em saúde / População total	Avaliar os gastos <i>per capita</i> com saúde no município	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: <a href="http://sagres.tce.pb.gov.br/">http://sagres.tce.pb.gov.br/</a>
Gastos em educação <i>per capita</i>	Gastos em educação <i>per capita</i> = Total gasto em educação / População total	Avaliar os gastos <i>per capita</i> com educação no município	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: <a href="http://sagres.tce.pb.gov.br/">http://sagres.tce.pb.gov.br/</a>
Gastos em transporte <i>per capita</i>	Gastos em transporte <i>per capita</i> = Total gasto em transporte / População total	Avaliar os gastos <i>per capita</i> com transporte no município	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: <a href="http://sagres.tce.pb.gov.br/">http://sagres.tce.pb.gov.br/</a>
Gastos em segurança <i>per capita</i>	Gastos em segurança <i>per capita</i> = Total gasto em segurança / População total	Avaliar os gastos <i>per capita</i> com segurança no município	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: <a href="http://sagres.tce.pb.gov.br/">http://sagres.tce.pb.gov.br/</a>
Gastos em assistência social <i>per capita</i>	Gastos em assistência social <i>per capita</i> = Total gasto em assistência social / População total	Avaliar os gastos <i>per capita</i> com assistência social no município	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em:



			<a href="http://sagres.tce.pb.gov.br/">http://sagres.tce.pb.gov.br/</a>
Gastos em habitação <i>per capita</i>	Gastos em habitação <i>per capita</i> = Total gasto em habitação / População total	Avaliar os gastos <i>per capita</i> com habitação no município	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: <a href="http://sagres.tce.pb.gov.br/">http://sagres.tce.pb.gov.br/</a>
Gastos em cultura <i>per capita</i>	Gastos em cultura <i>per capita</i> = Total gasto em cultura / População total	Avaliar os gastos <i>per capita</i> com cultura no município	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: <a href="http://sagres.tce.pb.gov.br/">http://sagres.tce.pb.gov.br/</a>
<b>DIMENSÃO AMBIENTAL (Alocação de Recursos Ambientais)</b>			
Gastos em saneamento básico <i>per capita</i>	Gastos em saneamento <i>per capita</i> = Total gasto em saneamento básico / População total	Avaliar os gastos <i>per capita</i> com saneamento básico no município	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: <a href="http://sagres.tce.pb.gov.br/">http://sagres.tce.pb.gov.br/</a>
Gastos em gestão ambiental <i>per capita</i>	Gastos em gestão ambiental <i>per capita</i> = Total gasto em gestão ambiental / População total	Avaliar os gastos <i>per capita</i> com gestão ambiental no município	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: <a href="http://sagres.tce.pb.gov.br/">http://sagres.tce.pb.gov.br/</a>
Gastos em urbanismo <i>per capita</i>	Gastos em urbanismo <i>per capita</i> = Total gasto em cultura / População total	Avaliar os gastos <i>per capita</i> com urbanismo no município	Positiva (Maximizar). Quanto maior o indicador, melhor a situação do município. Fonte: Sagres on line, disponível em: <a href="http://sagres.tce.pb.gov.br/">http://sagres.tce.pb.gov.br/</a>

**Quadro 1- Dimensões e Indicadores do Modelo**

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No quadro 1 verifica-se os indicadores do modelo levando em consideração a classificação adotada (3 dimensões e 17 indicadores): Dimensão econômica (arrecadação de recursos), dimensão social (alocação de recursos alocação de recursos sociais) e dimensão ambiental (alocação de recursos ambientais).

### 3.4 ESTRUTURAÇÃO DOS DADOS

Os dados foram analisados por meio de índices, dos quais possibilitaram a agregação nas respectivas dimensões aqui já mencionadas, buscando com isso, uma

medida de avaliação denominada de Índice de *Performance* da Gestão Pública Municipal (IPGPM).

Observou-se que as variáveis estudadas apresentam diferentes unidades de medida, fazendo com que fossem utilizadas unidades de agregação a partir das relações positivas (quando maior o indicador, melhor seria a situação dos municípios em relação à variável) e negativas (quanto menor o indicador, melhor a realidade do município) de cada uma delas. A sequência adotada seguiu o entendimento de Sêpulveda (2005), Waquil *et al.* (2007), Cândido e Martins (2008), Carvalho *et al.* (2015).

Dessa forma, sob a percepção desses autores, compreende-se que a transformação dessas variáveis possibilita a agregação adequada dos índices, considerando o tipo de relação que cada variável apresenta no contexto da gestão pública dos municípios estudados. Assim, conforme o comportamento da variável, caso a mesma aumente ou reduza seu valor (indicador), a análise pode favorecer ou desfavorecer o desempenho da gestão.

Foram escolhidos 17 indicadores de gestão pública que estivessem contemplados nas dimensões econômica, social e ambiental. Em seguida, após a coleta dos valores globais das variáveis procedeu ao cálculo *per capita* de cada um deles (com exceção do indicador IDH-M), dividindo a população total estimada de cada município pelo total de cada uma das variáveis. Após essa etapa aplicou-se a fórmula contida no quadro 2, conforme a relação positiva ou negativa da variável, no intuito de padronizar as informações e encontrar a *performance* por indicador, dimensão e por desempenho global. A operacionalização metodológica foi feita seguindo as relações das seguintes fórmulas ou equações (quadro a seguir):

RELAÇÃO POSITIVA	RELAÇÃO NEGATIVA
$I = \frac{x - m}{M - m}$	$I = \frac{M - x}{M - m}$
<p>Onde:            I = índice calculado referente a cada variável, para cada município analisado;            x = valor observado de cada variável em cada município analisado;            m = valor mínimo considerado;            M = valor máximo considerado</p>	

**Quadro 2 – Relação positiva e negativa**

Fonte: Martins e Cândido (2008)

De acordo com as propostas metodológicas apresentada por Sêpulveda (2005), Waquil *et al.* (2007), Martins e Cândido (2008), quando as variáveis são escolhidas, deve-se definir o tipo de relação que cada uma delas tem com a temática que se pretende

investigar, no caso do estudo com a gestão da pública. Nesse sentido, para cada variável é necessário identificar se ela mede uma situação em que, ao aumentar seu valor, favorece ou desfavorece a avaliação. Assim, existe uma relação positiva se um aumento no valor da variável resulta em melhoria do sistema; em contrapartida, a relação é negativa se um aumento no valor da variável resulta em piora do sistema.

Compreende-se que os índices que obtiveram resultado entre 0,0000 a 0,2501 foram representados pela cor vermelha, sendo classificado segundo sua desempenho como indicador crítico; já os índices que ficaram entre 0,2501 a 0,5000 foram representados pela cor laranja e classificados segundo o desempenho como um indicador em alerta; enquanto que os índices entre 0,5001 a 0,7500 foram representados pela cor verde claro e classificados quanto ao desempenho como aceitável; e os índices entre 0,7501 e 1,000 representados pela cor verde escuro foram classificados segundo a sua desempenho como ideal.

Índice (0-1)	Coloração	<i>Performance</i>
0,7501 – 1,0000		Ideal
0,5001 – 0,7500		Aceitável
0,2501 – 0,5000		Alerta
0,0000 – 0,2500		Crítica

**Tabela 2 - Classificação dos indicadores de gestão pública**

Fonte: Adaptado de Martins e Candido (2011)

A seguir são expostos os resultados do estudo e as principais contribuições ao contexto da gestão pública na área escolhida da pesquisa.

#### 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção serão evidenciados os resultados obtidos por meio da análise dos dados coletados no portal do SAGRES, referente às 17 cidades que compõem a microrregião do município de Sousa-PB, cujo objetivo consistiu em avaliar o desempenho desses municípios quanto aos indicadores sociais, financeiros e ambientais, tendo como base o exercício de 2015.

Na tabela 3, estão evidenciados os resultados relacionados à dimensão econômica (arrecadação dos recursos) de cada município, das quais inclui-se receitas correntes, tributárias, patrimonial, de serviços, transferências correntes e receita total arrecadada. Verifica-se que sete cidades estão em situação crítica destacando-se as com maiores índices: Veirópolis com média de (0,2378); e São Bentinho com (0, 2267). É possível observar que sete cidades encontram-se em estado de alerta, sendo elas: Cajazeirinhas (0,4569); Lastro (0,4664); Malta (0,3323); Pombal (0,3143); São José da Lagoa Tapada (0,3013); Sousa (0,3504) e Marizópolis (0,2522).

Municípios	Receita Corrente Total	Receita Tributária	Receita Patrimonial	Receita de Serviços	Transferências Correntes (FPM)	Receita Total Arrecadada	Média da Dimensão Econômica
Aparecida	0,1460	0,3858	0,1073	0,1515	0,3752	0,1459	0,2186
Condado	0,2062	0,0202	0,3362	0,0015	0,4413	0,1960	0,2002
Nazarezinho	0,1798	-0,0032	0,0697	0,0000	0,4195	0,1882	0,1423
Paulista	0,0961	0,2746	0,0112	0,0000	0,3322	0,1387	0,1421
Santa Cruz	0,2093	0,4627	0,0000	0,0000	0,4364	0,2281	0,2227
São Bentinho	0,3601	0,0001	0,0785	0,0000	0,5943	0,3274	0,2267
Veirópolis	0,3200	0,1538	0,0816	0,0000	0,5501	0,3211	0,2378
Cajazeirinhas	0,7623	0,1511	0,1252	0,0000	0,9809	0,7218	0,4569
Lastro	1,0000	0,4605	0,3380	0,0000	0,0000	1,0000	0,4664
Malta	0,3211	0,4995	0,2984	0,0000	0,5343	0,3405	0,3323
São José da Lagoa Tapada	0,1666	0,2459	0,7844	0,0000	0,3897	0,2214	0,3013
Sousa	0,0000	0,7710	0,1311	1,0000	0,2004	0,0000	0,3504
Marizópolis	0,3404	0,2342	0,0249	0,0000	0,5711	0,3426	0,2522
Pombal	0,0978	0,9661	0,1369	0,2751	0,3024	0,1069	0,3142
São Domingos de Pombal	0,8058	0,7114	0,3842	0,0000	1,0000	0,7513	0,6088
São Francisco	0,7150	0,3665	0,8987	0,0027	0,9160	0,6475	0,5911
Vista Serrana	0,5394	1,0006	1,0000	0,0000	0,7349	0,5317	0,6344

**Tabela 3 - Desempenho dos Municípios Dimensão Econômica (Arrecadação de Recursos)**

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Verifica-se que dentre os 17 municípios estudados, apenas 3 deles apresentaram situação aceitável: São Domingos de Pombal (0,6088); São Francisco (0,5911); e Vista Serrana (0,6344).

Fica evidente a pouca atuação municipal em relação aos mecanismos locais relacionados à arrecadação de suas receitas, e consequentemente direcionamento e alocação de seus recursos. Sob a percepção de Carvalho *et al.* (2015), as causas da maioria desses rendimentos estarem em alerta pode estar relacionada à grande dependência financeira que esses municípios têm em relação a transferências intergovernamentais, principalmente dos recursos oriundos do governo federal, evidenciando que as necessidades da população podem não ser atingidos com os atuais recursos. O que se observa, a partir desses achados, é que os municípios precisam definir mecanismos de atuação que possam maximizar a arrecadação própria, ao invés de depender fortemente dos repasses da União.

Observa-se na tabela 4, os resultados relacionados ao desempenho dos indicadores de dimensão social, que envolve os setores da educação, cultura, transporte, saúde, assistência social e segurança. No qual foi possível analisar cada município de forma comparativa com os demais.

Nesse sentido, verifica-se que das 17 cidades, 5 encontram-se em situação crítica, sendo elas: Marizópolis (0,2436); Nazarezinho (0,2073); Paulista (0,1785); São Bentinho (0,2430); Sousa (0,2318). As demais, o que totaliza 12 municípios, estão numa situação de alerta quanto ao seu desempenho social, destacando-se: São Francisco com média de (0,4985), e Lastro com (0,4934).

Municípios	IDH-M	Gastos com Saúde	Gastos com Educação	Gastos com Transportes	Gastos com Segurança	Gastos com Assistência social	Gastos com Habitação	Gastos com Cultura	Média da Dimensão Social
Marizópolis	0,5652	0,5089	0,5739	0,0000	0,0000	0,1507	0,0000	0,1497	0,2436
Nazarezinho	0,2319	0,5249	0,3630	0,0432	0,0000	0,4216	0,0000	0,0735	0,2073
Paulista	0,3478	0,4772	0,3508	0,0000	0,0000	0,1623	0,0000	0,0898	0,1785
São Bentinho	0,5507	0,0000	0,5747	0,0020	0,0000	0,5992	0,0000	0,2174	0,2430
Sousa	1,0000	0,6208	0,0000	0,0115	0,0000	0,0000	0,0000	0,2221	0,2318
Aparecida	0,3478	0,4750	0,4345	0,0644	0,0000	0,2456	0,0000	0,4877	0,2569
Cajazeirinhas	0,1449	0,0624	0,9680	0,0220	0,0000	1,0000	0,0000	0,1423	0,2925
Condado	0,4638	0,6365	0,4295	0,0162	0,0000	0,2819	0,0000	0,2315	0,2574
Lastro	0,0217	0,9774	1,0000	1,0000	0,0000	0,9142	0,0000	0,0338	0,4934
Malta	0,8116	0,5966	0,4706	0,0208	0,0000	0,3769	0,0000	0,0118	0,2860
Pombal	0,7536	0,6716	0,2060	0,1929	0,0000	0,2489	1,0000	0,2689	0,4177
Santa Cruz	0,6377	0,6730	0,2724	0,0093	0,0000	0,3900	0,0000	0,0927	0,2594
São Domingos de Pombal	0,1304	1,0000	0,9086	0,0913	0,0000	0,6936	0,0000	0,1791	0,3754
São Francisco	0,3623	0,9357	0,7531	0,0272	0,0000	0,9099	0,0000	1,0001	0,4985
São José da Lagoa Tapada	0,0000	0,4884	0,3899	0,1301	1,0003	0,1465	0,0000	0,0000	0,2694
Vieirópolis	0,2971	0,5111	0,5639	0,0678	0,0000	0,2946	0,0000	0,4098	0,2680
Vista Serrana	0,2609	0,8391	0,3809	0,0000	0,0000	0,5146	0,0000	0,0110	0,2508

**Tabela 4 - Desempenho dos Municípios Dimensão Social (Alocação de Recursos Sociais)**

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Verifica-se ainda, conforme a coleta de dados, que apenas um município (São José da Lagoa Tapada) evidenciou gastos com segurança, contribuindo assim para uma

situação de alerta. Com isso, entende-se que a falta de investimento nesse setor possivelmente culminou no aumento da criminalidade no estado.

Outros setores também merecem destaque no indicador social, como a educação e a saúde, que são considerados pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu Art. 6, como direitos sociais, e devem ser oferecidos a população de forma digna, conforme as necessidades de cada município. No entanto, verifica-se cidades com índices bem baixos como, por exemplo, Sousa 0,0000 na educação e 0,6200 na saúde.

Esse resultado mostra que nenhum dos municípios teve gasto aceitável na dimensão social, contribuindo assim para uma situação crítica na média geral. Sabe-se que essa dimensão envolve gastos principalmente com a saúde, educação, transporte e segurança. Com isso, questiona-se aos gestores desses municípios: o que estão fazendo com o dinheiro público destinado a tais categorias? A partir dos resultados encontrados pode-se inferir que a real situação dessas cidades demonstra a falta de prioridade que tais gestores detêm em relação à qualidade de vida da população, dentre elas as áreas de saúde e educação.

Nesse entendimento, Martins e Candido (2011) para que um município tenha um desenvolvimento sustentável, torna-se necessário que os gestores revejam algumas avaliações, no intuito de promover melhorias para a população quanto aos serviços prestados na saúde, educação e segurança, possibilitando, com isso, mais qualidade de vida.

Silva (2012) explica que os indicadores de desempenho sociais possibilitam a identificação do montante que está sendo aplicadas nos direitos básicos garantidos à população, tais como direito à educação, saúde, moradia e segurança.

Isso significa que ações destinadas a assegurar direitos e serviços básicos a comunidades deixaram de ser executados. Como se nota, o não atendimento de funções sociais apontam que não houve preocupação com os contribuintes sinalizando que a sociedade deve passar a exercer uma postura mais ativa em relação à atuação de seus gestores (SECCHI, 2013), cobrando ações mais efetivas e alinhadas aos interesses locais da população.

Quanto ao desempenho na área ambiental envolve gastos com saneamento, urbanismo e gestão ambiental. Sendo possível verificar na tabela 5 que nenhum dos 17 municípios teve uma média aceitável ou ideal. Com isso, 8 municípios ficaram em estado de alerta, no caso de: Lastro (0,4124); Marizópolis (0,4876); Pombal (0,3860); São

Bentinho (0,2601); São Domingos (0,3685); São Francisco (0,2960); São José da Lagoa tapada (0,2907); Vieirópolis (0,2407).

Ao analisar o desempenho dessa dimensão ainda de percebe situação crítica em nove municípios, dentre eles Sousa (0,1604), as demais, algumas com médias bem menores: Aparecida (0,0806); Cajazeirinhas (0,0541); Condado (0,0180); Malta (0,1550); Nazarezinho (0,0486), Paulista (0,2043) e Santa Cruz (0,0963). Observa-se também nesse indicador quanto aos gastos em gestão ambiental, que dos dezessete municípios apenas seis demonstraram algum tipo de gasto com o meio ambiente. Os outros ficam em alerta para que os gestores demonstrem mais esforços para essa categoria.

Dentro das análises realizadas, sob a percepção de Domenico et al. (2015), destaca-se a dimensão da Gestão Ambiental como carente de efetivação, e nesse sentido sugere-se que sejam adotadas medidas de atenção por parte dos gestores municipais.

Percebe-se ainda a ausência de estratégias de investimento e alocação de recursos em aspectos relacionados ao meio ambiente indicadores de sustentabilidade dentro das políticas de crescimento e desenvolvimento que estão sendo adotadas pelos municípios pesquisados.

Municípios	Gastos em Saneamento	Gastos em Gestão Ambiental	Gastos em Urbanismo	Média da Dimensão Ambiental
Aparecida	0,0168	0,0000	0,2251	0,0806
Cajazeirinhas	0,0000	0,0000	0,1624	0,0541
Condado	0,0000	0,0000	0,0541	0,0180
Malta	0,1138	0,0000	0,3512	0,1550
Nazarezinho	0,1172	0,0000	0,0286	0,0486
Paulista	0,0000	0,3274	0,2856	0,2043
Santa Cruz	0,0000	0,0000	0,2978	0,0993
Sousa	0,4223	0,0050	0,0546	0,1606
Vieirópolis	0,4603	0,0000	0,2479	0,2361
Lastro	1,0000	0,0000	0,2372	0,4124
Marizópolis	0,3546	0,8953	0,2128	0,4876
Pombal	0,0000	1,0000	0,1579	0,3860
São Bentinho	0,0045	0,6876	0,0882	0,2601
São Domingos	0,2382	0,3636	0,5038	0,3685
São Francisco	0,2818	0,0000	0,6062	0,2960
São José da Lagoa	0,8721	0,0000	0,0000	0,2907
Vista Serrana	0,0377	0,0000	1,0000	0,3459

**Tabela 5 - Desempenho dos Municípios Dimensão Ambiental (Alocação de Recursos Ambientais)**

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Na média geral dos municípios, de acordo com os indicadores de gestão pública, conforme evidenciado na tabela 6, observando essa média de forma individual, no

indicador econômico verifica-se que somente 3 cidades tiveram média geral aceitável: São Domingos de Pombal (0,6088); São Francisco (0,5911); e Vista Serrana (0,6344).

Ainda em observância a tabela 6, no indicador social 5 municípios encontram-se em estado crítico e 12 em estado de alerta. No indicador ambiental, nenhuma cidade teve média aceitável ou ideal, todas ficaram em situação de alerta ou crítica.

	Média da Dimensão Econômica	Média da Dimensão Social	Média da Dimensão Ambiental	IPGPM
Aparecida	0,2186	0,2569	0,0806	0,1854
Condado	0,2002	0,2574	0,0180	0,1586
Nazarezinho	0,1423	0,2073	0,0486	0,1327
Paulista	0,1421	0,1785	0,2043	0,1750
Santa Cruz	0,2227	0,2594	0,0993	0,1938
São Bentinho	0,2267	0,2430	0,2601	0,2433
Sousa	0,3504	0,2318	0,1606	0,2476
Vieirópolis	0,2378	0,2680	0,2361	0,2473
Cajazeirinhas	0,4569	0,2925	0,0541	0,2678
Lastro	0,4664	0,4934	0,4124	0,4574
Malta	0,3323	0,2860	0,1550	0,2578
Marizópolis	0,2522	0,2436	0,4876	0,3278
Pombal	0,3142	0,4177	0,3860	0,3726
São Domingos de Pombal	0,6088	0,3754	0,3685	0,4509
São Francisco	0,5911	0,4985	0,2960	0,4619
São José da Lagoa Tapada	0,3013	0,2694	0,2907	0,2871
Vista Serrana	0,6344	0,2508	0,3459	0,4104

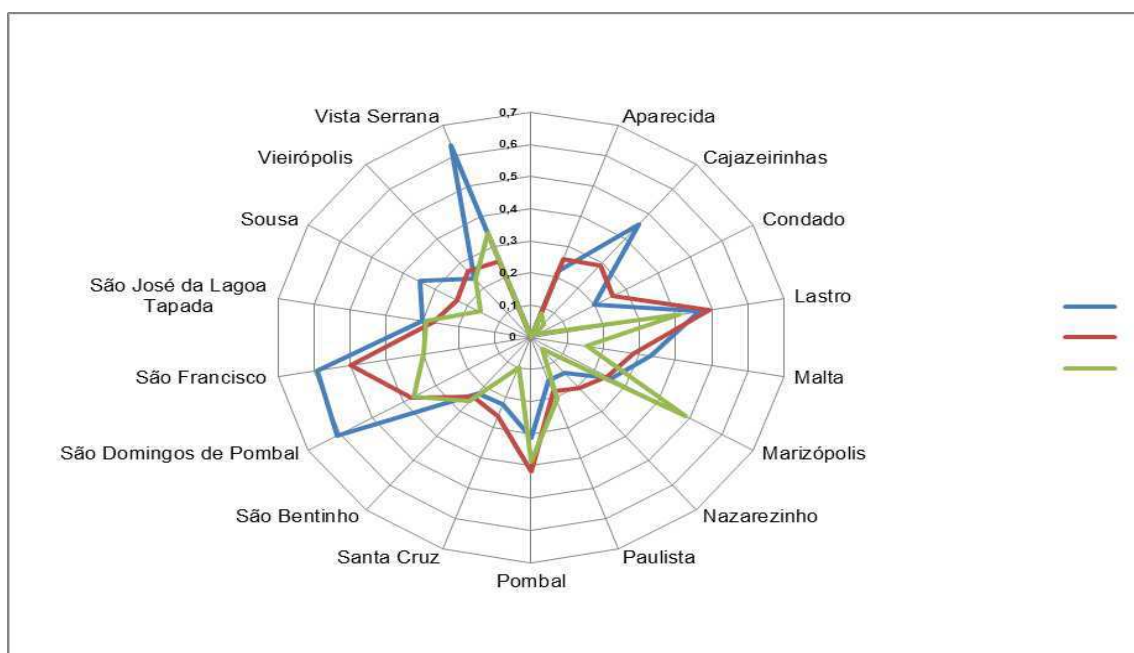
**Tabela 6 - Desempenho Geral dos Municípios**

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

De modo geral, pode-se observar diante dos resultados desse estudo, que algumas cidades consideradas pequenas, com menos de 10mil habitantes, podem ter uma melhor aplicação de recursos quando comparado com a cidade polo dessa microrregião, como é o caso de São Domingos de Pombal, Marizópolis e São José da Lagoa Tapada que são pouco desenvolvidas, mas conseguiram uma melhor administração quanto a arrecadação. Enquanto Sousa que possui em média 68.822 habitantes teve seus níveis considerados críticos e/ou em alerta, o que evidencia a necessidade uma melhor gestão na aplicação das arrecadações desse município, evitando com isso, que a população seja prejudicada pela má administração pública.

No intuito de resumir os resultados obtidos nessa análise, encontram-se especificadas no gráfico 1 o desempenho por dimensão econômica, social e ambiental dos respectivos municípios, via biograma, que se denomina Índice de *Performance* da Gestão Pública Municipal (IPGPM).





**Gráfico 1 - Índice de Performance da Gestão Pública Municipal (IPGPM).**

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Observa-se, de um modo geral, o estado crítico em que se encontram boa parte dos municípios analisados nesse estudo, do qual foi avaliado o desempenho financeiro, social e ambiental. O critério econômico foi classificado, na maioria dos municípios, como crítico ou em alerta, apenas três cidades analisadas tiveram um resultado classificado como aceitável.

Nesse contexto, pode-se observar que a maioria dos municípios está precisando de uma reformulação nos seus planos estratégicos a fim de melhorar principalmente o estado crítico dos quais se encontram a dimensão econômica, uma vez que este sustenta todos os demais setores de uma gestão municipal. Dessa forma, compreende-se que se tal setor não está bem, consequentemente os demais setores passaram a ter dificuldades. Como consequência desse resultado, a dimensão social sofre as consequências, visto que em nenhuma cidade houve média aceitável quanto aos seus indicadores.

Sob a visão de Martins e Cândido (2011), estudos como esses devem considerar as características e diversidades locais, como forma de melhor retratar esse processo e oferecer subsídios para a elaboração e implementação de políticas públicas de desenvolvimento local. Assim, os resultados possibilitam identificar as necessidades de alterações de rumo, observando a relevância das potencialidades e vulnerabilidades, bem como, as diversidades regionais e locais existentes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como objetivo geral de avaliar o desempenho dos municípios da microrregião de Sousa-PB em relação aos indicadores sociais, financeiros e ambientais. Foram investigados 17 municípios que compõem a microrregião: Aparecida, Cajazeirinhas, Condado, Lastro, Malta, Marizópolis, Nazarezinho, Paulista, Pombal, Santa Cruz, São Bentinho, São Domingos de Pombal, São Francisco, São José da Lagoa Tapada, Sousa, Vieirópolis e Vista Serrana.

Por meio da análise dos resultados chegou-se a conclusão que na média geral desses 17 municípios, 8 encontra-se em estado crítico, os demais em alerta. Através das análises do seus índices evidencia-se situações de gastos insuficientes principalmente aos indicadores relacionados a dimensão social, do qual refere-se a educação, saúde, transporte, assistência social, segurança, habitação e cultura.

A dimensão econômica de modo geral apresenta situação de alerta, apenas os municípios São Domingos de Pombal, São Francisco e Vista Serrana tiveram um resultado classificado como aceitável. Nesse sentido, verifica-se a maioria desses municípios precisam rever seus planejamentos, devendo direcioná-los melhor aos demais setores do município, no intuito de alcançar um equilíbrio financeiro por meio de resultados positivos que garantam a sua população os serviços necessários para o bem estar e a qualidade de vida.

Na dimensão social a microrregião de Sousa-PB se encontra em estado em sua maioria em estado crítico. Esse é um resultado que deve preocupar não só os gestores municipais, mas a sociedade em geral, já que os fatores sociais são direcionados aos serviços que a população tem por lei de direito, dos quais se tornam indispensáveis para a comunidade como: saúde, educação, moradia, transporte e segurança. Que se tornam obrigações dos gestores proporcionar para os cidadãos melhorias em relação à alocação de seus recursos para tender as várias demandas sociais existentes.

No critério ambiental, os resultados não foram muito diferentes, nenhum município teve índice aceitável na gestão ambiental, que por sinal, também se encontram em estado crítico ou de alerta, apenas 6 das 17 cidades investiram na gestão ambiental. Ainda foi possível verificar a falta de uma boa gestão pública que direcionasse de maneira correta aplicação das verbas levando a população a ter acesso a serviços de qualidade.

Inferese que a sistematização desses indicadores busca contribuir para a compreensão das modificações nos perfis econômico, social e ambiental desses entes públicos população, possibilitando, assim, o monitoramento de políticas sociais e a disseminação de informações relevantes para toda a sociedade local e regional.

Como sugestões estudos futuros espera-se realizar outras análises ao longo dos anos, bem como verificar se as diferenças regionais, representação política e variáveis demográficas e econômicas, influenciariam a gestão pública municipal bem como o desenvolvimento municipal. Outra sugestão seria o caso de avaliar se a questão espacial influencia a relação gestão fiscal/desenvolvimento dos municípios, traçando também comparações regionais.

Sendo possível ainda realizar a mesma pesquisa em outras microrregiões do Estado da Paraíba, e com isso, comparar os resultados, no intuito de identificar a que mais se desenvolveu e aplicou seus recursos de forma equilibrada conforme as necessidades de cada população.

## REFERENCIAS

AESA. Localização da microrregião de Sousa. 2016. Disponível em: [www.aesa.pb.gov.br](http://www.aesa.pb.gov.br). Acesso em: 5 mai 2016.

ANDRADE, N. A. **Contabilidade pública na gestão municipal: novo método após a LC Nº 101/00 e as classificações contábeis advindas da SOF e STN**. São Paulo: Atlas, 2002.

ARAÚJO, J. F. F. E. de; Tejedo-Romero, F. Local government transparency index: determinants of municipalities rankings. **International Journal of Public Sector Management**, v. 29, 4, p.327- 347, 2016.

ARRETICHE, M. T. S. **Tendências no estudo da avaliação**. In: RICO, E. M. (Org). Avaliação das políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo, Cortez, 1998. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Marta/Arretche\\_1998.pdf](http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Marta/Arretche_1998.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BEZERRA, V. V. N. Avaliação de **Desempenho Municipal através da Análise Multicritério: Uma Aplicação em Microrregiões Paraibanas**. Trabalho de Conclusão Final (TCF). Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP. Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Sousa, PB, 2016, p. 181.

BIAZZI, M. R. de; MUSCAT, A. R. N.; BIAZZI, J. L. de. Aperfeiçoamento de processo e melhoria de desempenho no setor público brasileiro. In: Anais... **XXIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**, Salvador, BA, Brasil, 06 a 09 de outubro de 2009.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível:<http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 13 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei de Responsabilidade Fiscal** - Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000. Disponível em:<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/ anotada/2605103/art-48-da-lei-de-responsabilidade-fiscal-lc-101-00>. Acesso em : 13 out.2015.

\_\_\_\_\_. **Lei N.º 4.320, DE 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos “e balanços da União, dos Estados”, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: [http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Legislacao/Leis/640317\\_lei\\_4320\\_atualizada.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Legislacao/Leis/640317_lei_4320_atualizada.pdf). Acesso em: 16/03/2015.

CARVALHO, J. R. M.; CÂNDIDO, G. A.; CURI, W. F.; ARAUJO, E. K. M. Análise da sustentabilidade hidroambiental de municípios da região da sub-bacia do Alto Piranhas, PB. **Revista Holos**, ano 31, v. 6, 2015.

CONFEDERACAO NACIONAL DOS MUNICIPIOS. **Compreendendo e Avaliando a Gestão Municipal**. Disponível em: <Http: <http://www.cnm.org.br/institucional/irfs>> . Acesso 01 nov. 2015.

COSTA, F, L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 5, p. 969-992, set./out. 2003.

DOMENICO, D. D.; MAZZIONI, S.; GOLLO, V.; NEUMEISTER, M. L. Análise dos indicadores ambientais nos municípios do extremo oeste de Santa Catarina. In: Anais... **IV SINGEP**, São Paulo/SP, Brasil, 08 a 10 nov. 2015.

LEITE FILHO, G. A.; et al. Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal nos Indicadores de Desenvolvimento e de Responsabilidade Social dos Municípios do Estado de Minas Gerais. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 16, n. 2, art. 2, p. 14-25, maio/ago. 2015.

LEITE FILHO, G. A.; FIALHO, T. M. M. Associação entre Indicadores de Gestão Pública Municipal e Indicadores de Desenvolvimento dos Municípios Brasileiros. In: **XIV CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE**, 14., São Paulo, 2014.

FIRJAN – **Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/o-sistema-firjan/>>. Acesso em: 13 out. 2015.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.

GUERRA, F. O.; CARVALHO, J. R. M. Indicadores de desempenho no setor público: percepção dos gestores fiscais. **Revista Gestão Pública Práticas e Desafios**, v.7, n. 1, Abr 2015.

GUIMARAES, J. R. S.; JANUZZI, P. M. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades. In: Anais... **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, Caxambu, MG, Brasil, 14, 2004.

KANUFRE, R. A. M.; REZENDE, D. A. Princípios da gestão orientada para resultados na esfera municipal: o caso da prefeitura de Curitiba. **Rev. Adm.** (São Paulo), vol. 47, n.4, out./dez. 2012.

KOHAMA, H. **Contabilidade pública**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACÊDO, F. F. R. R.; KLANN, R. C. Análise das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP): Um Estudo nas Unidades da Federação do Brasil. In: Anais... **ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO**, 18 a 20 nov. 2012, Salvador/BA, 2012.

MARTINS, M. F., CÂNDIDO, G. A. **Índice de desenvolvimento sustentável para municípios (IDSM): metodologia para análise e cálculo do IDSM e classificação dos níveis de sustentabilidade – uma aplicação no Estado da Paraíba**. João Pessoa, PB: SEBRAE - PB, 2008.

MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

\_\_\_\_\_. **Curso de Administração Pública: Foco nas Instituições Governamentais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MAUSS, C. V.; SOUZA, M. A. de. **Gestão de Custos Aplicada ao setor Público: Modelo para Mensuração e Análise da Eficiência e Eficácia Governamental**. São Paulo: Atlas, 2008.

MEIRELLES, H. **Direito Administrativo Brasileiro**. 30. ed. São Paulo: PC Editorial Ltda., 2005.

MELLO, G. R. de; SLOMSKI, V. CORRAR, L. J. Estudo dos Reflexos da Lei de Responsabilidade Fiscal no Endividamento dos Estados Brasileiros. **UnB Contabil**, Jan/Jun, p. 41-60, 2005.

NASCIMENTO, D. M. do. **Metodologia do trabalho científico: teoria e prática**. 2 edição. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008.

NASCIMENTO, E. R.; DEBUS, I. **Lei Complementar 101/2000: Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2011.

NIDYA, A. Local Government Performance Measurement: Developing Indicators Based on IWA 4: 2009. **Public Organization Review**, v.15, n. 3, p.365-381, 2015.

NÓBREGA, A. K. Q.; CARVALHO, J. R. M. de. **Avaliação do Desempenho da Gestão Pública de Municípios: Uma Abordagem através da Análise Multicriterial**. Relatório Final do Projeto de Pesquisa PIBIC/CNPq/UFCG, 2015.

OLIVEIRA, M. de J.; SILVA, E. A. Eficiência na Gestão Fiscal Pública e o Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios da Microrregião de Cataguases, MG. **ENAPG – ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO**, Salvador/BA – 18 a 20 novembro de 2012.

PAULA, A. P. P. de. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. **RAE**, v. 45, n.1, jan./mar. 2005.

POLLANEN, R. M. Performance measurement in municipalities: empirical evidence in Canadian context. **International Journal Public Sector Management**, 18(1), pp. 4-24, 2005.

REIS, L. G. et. al. Aspectos Financeiros, Econômicos, Sociais e de Gestão dos Pequenos Municípios Paranaenses – uma Abordagem Multivariada. **Revista de Estudos Contábeis**, Londrina, v.5, n.8, jan./jun. 2014

RUA, M. G. **A avaliação de Políticas, Programas e Projetos: Notas introdutórias**. 2010. Mimeo. Disponível em: <<http://antigo.enap.gov.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

SANTOS, A. M. S. P. Reforma do estado, descentralização e autonomia financeira dos municípios. **Revista de Administração Mackenzie (RAM)**. Ano 4. n. 2, 2003.

SANTOS, G. C. dos; ANDRADE, S. Â de. Análise por meio de Indicadores Patrimoniais, Financeiros e Orçamentários da Prefeitura de Patos de Minas. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, v.1, n.2, p.22-36, 2013.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEPÚLVEDA, S. **Desenvolvimento microrregional sustentável: métodos para planejamento local**. Brasília: IICA, 2005.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: Uma síntese. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, ano 1, v.1,n.1, pp. 45-71, 2003.

SILVA, M. C. da. Demonstrações públicas: indicadores de desempenho e análise. 1 ed. - São Paulo: Atlas, 2012.

SLOMSKI, V. **Manual de contabilidade pública**: um enfoque na contabilidade municipal. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SOARES, M.; LYRA, R. L. W. C.; HEIN, N.; KROENKE, A. O emprego da análise de balanços e métodos estatísticos na área pública: o ranking de gestão dos municípios catarinenses. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 5, p. 1425-1443, set./out. 2011.

SOUSA, P. F. B. et al. Desenvolvimento Municipal e Cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal: Uma Análise dos Municípios Brasileiros Utilizando Dados em Painel. In: Anais... **XVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS**, 2011, Rio de Janeiro, Anais... Associação Brasileira de Custos.

SOUZA, F. J. V.; SILVA, M. C.; PIRES E SILVA; A. R.; SILVA, J. D. G. Avaliação de gastos públicos de municípios classificados no ranking para investir em negócios. **Boletim Governet de Administração Pública e Gestão Municipal**, n. 50, p. 1492-1523, nov. 2015.

SOUZA, M. A. de; MARENGO, S. T. ; ALMEIDA, L. B. de. Análise do Desempenho Socioeconômico de Municípios Gaúchos Emancipados. **REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 8, n. 3, art. 1, p. 232-250, jul./set. 2014.

TAVARES, V. B.; ALVES, J. F. B. Políticas Públicas: Uma Análise dos Indicadores de Desempenho dos Gastos Públicos em Educação Básica nos Municípios do Cariri Ocidental da Paraíba. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 5, n. 3, p.76-92, 2015.

VENTURINI, J. C.; PEREIRA, B. A. D.; MORALES, R.; FLECK, C. F.; BATISTELLA JUNIOR, Z.; NAGEL, M. B. Percepção da avaliação: um retrato da gestão pública em uma instituição de ensino superior (IES). **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 1, p. 31-53, jan./fev. 2010.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

VIANA, A., SILVA, E. S., ALMEIDA, F. P. A., ANJOS JUNIOR, O. R., SILVA, L. A. S. C., RODRIGUES, M. P., COSTA NETA, R. L., FIGUEIREDO, N. R M.; SANTANA, F. L. **Eficiência dos gastos públicos de João Pessoa: um estudo empírico entre as políticas públicas de educação e saúde dos municípios da região metropolitana.**



2011. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/arti-gos/3087722>, acesso em: 21 mar. 2016.

VITAL, A. C. de S. **Estudo sobre os aspectos socioeconômicos dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto SP**. Trabalho de conclusão de curso (Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: [www.tcc.sc.usp.br/tce/disponiveis/81/.../AntonioCarlosDeSouzaVital.pdf](http://www.tcc.sc.usp.br/tce/disponiveis/81/.../AntonioCarlosDeSouzaVital.pdf). Acesso em: 20 mar 2016.

WAQUIL, P. D.; SCHNEIDER, S.; FILIPPI, E. E.; CONTERATO, M. A.; SPECHT, S. Para medir o desenvolvimento territorial rural: validação de uma proposta metodológica. In: **XLV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, XLV, 2007, Londrina, PR. Anais... Londrina/PR: Universidade Estadual de Londrina, PR, 2007.

YETANO, A. What drives the institutionalization of performance measurement and management in local government? **Public performance & management review**. Thousand Oaks, v. 37, n. 1, 2013.

ZUCATTO, L. C.; SARTOR, U. M.; WEBER, R. Proposição de indicadores de desempenho na gestão pública. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 9, n. 16, 2º semestre 2009.

## APÊNDICES

## APÊNDICE 1 - Planilhas de Indicadores Padrões

## Dados da Dimensão Econômica (Arrecadação de Recursos)

Municípios	População	Receita Corrente Total	Receita Corrente Total Per Capita	Receita Tributária	Receita Tributária Per capita	Receita Patrimonial	Receita Patrimonial Per capita	Receita de Serviços	Receita de Serviços Per capita	Transferências Correntes (FPM)	FPM Per capita	Receita Total	Receita Total Per capita
Aparecida	8.263	15.909.727,95	1.925,42	406.650,69	49,21	84.439,62	10,22	58.860,00	7,12	15.330.061,69	1855,27	16326602,95	1975,9
Cajazeirinhas	3.165	11.859.448,03	3.747,06	107.093,76	33,84	33.966,98	10,73	0	0,00	11.713.509,07	3700,95	12.200.134,48	3854,7
Condado	6.733	14.161.752,14	2.103,33	170.088,23	25,26	112.892,14	16,77	480,00	0,07	13.846.838,06	2056,56	14.404.275,14	2139,4
Lastro	2.765	12.302.840,53	4.449,49	149.614,47	54,11	46.499,90	16,82	0	0,00	1.968.540,25	711,95	13.167.215,53	4762,1
Malta	5.672	13.855.502,09	2.442,79	321.399,40	56,66	88.971,94	15,69	0	0,00	13.273.532,06	2340,19	14.807.910,83	2610,7
Marizópolis	6.522	16.304.884,03	2.499,98	256.203,53	39,28	51.280,57	7,86	0	0,00	15.993.659,20	2452,26	17.072.054,21	2617,6
Nazarezinho	7.318	14.819.895,55	2.025,13	173.652,42	23,73	66.925,17	9,15	0	0,00	14.564.991,70	1990,30	15.469.342,55	2113,9
Paulista	12.216	21.717.063,47	1.777,76	512.235,96	41,93	91.248,21	7,47	0	0,00	21.063.973,63	1724,29	23.851.316,77	1952,5
Pombal	32.712	58.324.315,78	1.782,96	2.853.411,11	87,23	362.041,00	11,07	423.185,00	12,94	53.428.923,26	1633,31	60.476.230,71	1848,7
Santa Cruz	6.579	13.897.148,14	2.112,35	356.937,87	54,25	47.041,83	7,15	0	0,00	13.432.326,61	2041,70	14.763.800,86	2244,1
São Bentinho	4.451	11.386.421,89	2.558,17	106.573,10	23,94	41.821,48	9,40	0	0,00	11.229.715,59	2522,96	11.430.990,49	2568,2
São Domingos de Pombal	3.061	11.862.479,16	3.875,36	215.928,08	70,54	55.527,24	18,14	0	0,00	11.506.681,19	3759,12	12.093.766,23	3950,9
São Francisco	3.375	12.173.758,01	3.607,04	161.825,22	47,95	110.889,68	32,86	430,5	0,13	11.823.433,15	3503,24	12.190.958,01	3612,1
São José da Lagoa Tapada	7.677	15.248.862,04	1.986,30	307.461,78	40,05	227.152,43	29,59	0	0,00	14.581.232,01	1899,34	17.059.882,29	2222,2
Sousa	68.822	102.806.543,60	1.493,80	5.123.608,44	74,45	750.101,31	10,90	3.236.438,61	47,03	91.027.815,00	1322,66	103.237.861,10	1500,1
Vieirópolis	5.295	12.918.044,04	2.439,67	180.111,58	34,02	50.224,68	9,49	0	0,00	12.646.061,77	2388,30	13.489.529,43	2547,6
Vista Serrana	3.744	11.561.330,64	3.087,96	335.056,59	89,49	133.866,62	35,75	0	0,00	11.049.986,25	2951,39	12.109.480,11	3234,4

## Dados da Dimensão Social

Municípios	População	IDH-M	GASTOS DE SAÚDE	GASTOS EM SAÚDE - PER CAPITA	GASTOS EM EDUCAÇÃO	GASTOS EM EDUCAÇÃO - PER CAPITA	GASTOS EM TRANSPORTE	GASTOS EM TRANSPORTE - PER CAPITA	GASTOS EM SEGURANÇA	GASTOS COM SEGURANÇA - PER CAPITA	GASTOS EM ASSISTENCIA SOCIAL	GASTOS COM ASSISTENCIA SOCIAL PER CAPITA	GASTOS EM HABITAÇÃO	GASTOS EM HABITAÇÃO - PER CAPITA	GASTOS EM CULTURA	GASTOS COM CULTURA - PER CAPITA
Aparecida	8.263	0,578	3.225.636,70	390,37	5.797.490,68	701,62	31.130,00	3,77	0		686.294,82	83,06	0		195.048,63	23,61
Cajazeirinhas	3.165	0,55	162.282,89	51,27	3.832.209,79	1210,81	4.067,33	1,29	0		698.444,78	220,68	0		21.797,78	6,89
Condado	6.733	0,594	3.521.910,30	523,08	4.691.898,72	696,85	6.396,80	0,95	0		603.716,55	89,67	0		75.427,32	11,20
Lastro	2.765	0,533	2.220.816,33	803,19	3.432.366,40	1241,36	161.703,67	58,48	0		566.882,89	205,02	0		4.530,00	1,64
Malta	5.672	0,642	2.780.637,04	490,24	4.175.464,84	736,15	6.900,00	1,22	0		606.942,67	107,01	0		3.242,60	0,57
Marizópolis	6.522	0,608	2.727.374,09	418,18	5.444.049,44	834,72	0	0,00	0		428.819,60	65,75	0		47.262,94	7,25
Nazarezinho	7.318	0,562	3.156.582,53	431,34	4.635.348,01	633,42	18.496,99	2,53	0		842.753,16	115,16	0		26.015,66	3,56
Paulista	12.216	0,578	4.790.810,05	392,18	7.595.819,16	621,79	0	0,00	0		828.847,88	67,85	0		53.119,12	4,35
Pombal	32.712	0,634	18.053.949,65	551,91	15.818.255,45	483,56	369.025,93	11,28	0		2.736.779,83	83,66	406.272,32	12,42	425.746,65	13,01
Santa Cruz	6.579	0,618	3.638.397,20	553,03	3.598.521,53	546,97	3.576,00	0,54	0		719.656,72	109,39	0		29.520	4,49
São Bentinho	4.451	0,606	0	0,00	3.718.814,28	835,50	520	0,12	0		656.763,85	147,55	0		46.831,20	10,52
São Domingos de Pombal	3.061	0,548	2.515.403,72	821,76	3.532.927,39	1154,17	16.336,18	5,34	0		504.377,01	164,78	0		26.537,80	8,67
São Francisco	3.375	0,58	2.594.975,14	768,88	3.394.402,47	1005,75	5.375,00	1,59	0		689.287,40	204,23	0		163.364,42	48,40
São José da Lagoa Tapada	7.677	0,53	3.081.003,39	401,33	5.060.122,49	659,13	58.400,95	7,61	257.403,38	33,53	498.868,42	64,98	0		0	0,00
Sousa	68.822	0,668	35.107.862,71	510,13	19.751.371,00	286,99	46.254,42	0,67	0		2.632.690,46	38,25	0		739.794,46	10,75
Vieirópolis	5.295	0,571	2.223.834,62	419,99	4.369.264,26	825,17	21.000,90	3,97	0		487.123,52	92,00	0		105.031,63	19,84
Vista Serrana	3.744	0,566	2.581.722,54	689,56	2.435.343,31	650,47	0	0,00	0		494.640,60	132,12	0		2.000,00	0,53

## Dados da Dimensão Ambiental

Municípios	População	GASTOS EM SANEAMENTO	GASTOS EM SANEAMENTO- PER CAPITA	GASTOS EM GESTÃO AMBIENTAL	GASTOS EM GESTÃO AMBIENTAL- PER CAPITA	GASTOS EM URBANISMO	GASTOS EM URBANISMO - PER CAPITA
Aparecida	8.263	15.373,84	1,86	0	0	1.608.671,70	194,7
Cajazeirinhas	3.165	0	0,00	0	0	524.309,02	165,7
Condado	6.733	0	0,00	0	0	835.633,05	124,1
Lastro	2.765	306.181,35	110,73	0	0	552.080,25	199,7
Malta	5.672	71.491,00	12,60	0	0	1.399.392,31	246,7
Marizópolis	6.522	256.180,71	39,28	104.920,12	16,1	1.236.689,36	189,6
Nazarezinho	7.318	95.028,07	12,99	0	0,0	831.383,92	113,6
Paulista	12.216	0	0,00	71.880,00	5,9	2.682.934,75	219,6
Pombal	32.712	0	0,00	587.539,63	18,0	5.460.623,10	166,9
Santa Cruz	6.579	0	0,00	0	0,0	1.478.106,88	224,7
São Bentinho	4.451	2.247,61	0,50	54.986,00	12,4	615.019,85	138,2
São Domingos	3.061	80.777,23	26,39	20.000,00	6,5	947.876,65	309,7
São Francisco	3.375	105.313,21	31,20	0	0,0	1.187.622,05	351,9
São José da Lagoa Tapada	7.677	741.372,86	96,57	0	0,0	781.564,10	101,8
Sousa	68.822	3.218.352,75	46,76	6.690,00	0,1	8.555.964,62	124,3
Vieirópolis	5.295	269.899,84	50,97	0	0,0	1.080.539,31	204,1
Vista Serrana	3.744	15.684,85	4,19	0	0,0	1.925.810,72	514,4

## APÊNDICE 2 - Planilhas Padronizadas

## Dimensão Econômica

Municípios	População	Receita Corrente per capita	Receita Corrente Adaptado Martins/Candido	Receita Tributária Total per capita	Receita Tributária Total Adaptado Martins/Candi do	Receita Patrimonial per capita	Receita Patrimonial Adaptado Martins/Candido	Receita Total de Serviços per capita	Receita de Serviços Adp tado Martins/Can dido	Fundo de Participação dos Municípios (FPM) per capita	Participação dos Municípios (FPM) Adaptado	Receita Total Arrecada per capita	Receita Total Arrecada Adaptado Martins/Candido	Média da Dimensão Econômica
Aparecida	8.263,00	1,925,41	0,1460	49,2134	0,3858	10,2190	0,1073	7,1233	0,1515	1855,2658	0,3752	1975,8687	0,1459	0,2186
Cajazeirinhas	3.165,00	3.747,06	0,7623	33,8369	0,1511	10,7321	0,1252	0,0000	0,0000	3700,9507	0,3609	3854,7028	0,7218	0,4569
Condado	6.733,00	2.103,33	0,2062	25,2619	0,0202	16,7670	0,3362	0,0713	0,0015	2056,5629	0,4413	2139,3547	0,1960	0,2002
Lastro	2.765,00	4.443,43	1,0000	54,1101	0,4605	16,8173	0,3380	0,0000	0,0000	711,3435	0,0000	4762,1033	1,0000	0,4664
Malta	5.672,00	2.442,79	0,3211	56,6642	0,4395	15,6862	0,2384	0,0000	0,0000	2340,1855	0,5343	2610,7036	0,3405	0,3323
Marizópolis	6.522,00	2.439,98	0,3404	39,2830	0,2342	7,8627	0,0249	0,0000	0,0000	2452,2630	0,5711	2617,6103	0,3426	0,2522
Nasrezinho	7.318,00	2.025,12	0,1798	23,7295	-0,0032	9,1453	0,0697	0,0000	0,0000	1990,2968	0,4195	2113,8757	0,1882	0,1423
Paulista	12.216,00	1.777,75	0,0961	41,9316	0,2746	7,4696	0,0112	0,0000	0,0000	1724,2938	0,3322	1952,4654	0,1387	0,1421
Pombal	32.712,00	1.782,92	0,0978	87,2283	0,9661	11,0675	0,1369	12,9367	0,2751	1633,3126	0,3024	1848,7476	0,1069	0,3142
Santa Cruz	6.579,00	2.112,34	0,2093	54,2500	0,4627	7,1503	0,0000	0,0000	0,0000	2041,6973	0,4364	2244,0798	0,2281	0,2227
São Bento	4.451,00	2.558,17	0,3601	23,9436	0,0001	9,3960	0,0785	0,0000	0,0000	2522,9646	0,5943	2568,1848	0,3274	0,2267
São Domingos de Pombal	3.061,00	3.875,36	0,8058	70,5417	0,7114	18,1402	0,3842	0,0000	0,0000	3759,1243	1,0000	3950,3200	0,7513	0,6088
São Francisco	3.375,00	3.607,03	0,7150	47,9482	0,3665	32,8562	0,8387	0,1276	0,0027	3503,2395	0,9160	3612,1357	0,6475	0,5911
São José da Lagoa Tapada	7.677,00	1.986,30	0,1666	40,0497	0,2459	29,5887	0,7844	0,0000	0,0000	1899,3398	0,3897	2222,2063	0,2214	0,3013
Sousa	68.822,00	1.493,80	0,0000	74,4472	0,7710	10,8992	0,1311	47,0262	1,0000	1322,6558	0,2004	1500,0706	0,0000	0,3504
Vieirópolis	5.295,00	2.439,66	0,3200	34,0154	0,1538	9,4853	0,0816	0,0000	0,0000	2388,3025	0,5501	2547,5976	0,3211	0,2378
Viçosa	3.744,00	3.087,96	0,5394	89,4916	1,0006	35,7550	1,0000	0,0000	0,0000	2951,3852	0,7349	3234,3697	0,5317	0,6344
	Mínimo	1.493,80		23,9400		7,1503		0,0000		711,3435		1500,0706		
	Máximo	4.443,43		89,4500		35,7550		47,0262		3759,1243		4762,1033		

## Dimensão Social

Municípios	População	IDH-M	MARTINS C.	GASTOS DE SAÚDE - PER CAPITA	GASTOS DE SAÚDE - MARTINS	GASTOS EM EDUCAÇÃO - PER CAPITA	GASTOS EM EDUCAÇÃO - MARTINS	GASTOS EM TRANSPORTE - PER CAPITA	GASTOS EM TRANSPORTE - MARTINS	GASTOS EM SEGURANÇA - PER CAPITA	GASTOS EM SEGURANÇA - MARTINS	GASTOS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - PER CAPITA	GASTOS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - MARTINS	GASTOS EM HABITAÇÃO - PER CAPITA	GASTOS EM HABITAÇÃO - MARTINS CANDIDO	GASTOS EM CULTURA - PER CAPITA	GASTOS EM CULTURA - MARTINS CANDIDO	Média Da Dimensão Social
Aparecida	8.263.0000	0,5780	0,3478	390,3711	0,4750	701,6206	0,4345	3,7674	0,0644	0,0000	0,0000	83,0564	0,2456	0,0000	0,0000	23,6051	0,4877	0,2569
Cajazeirinhas	3.165.0000	0,5500	0,1449	51,2742	0,0624	1.210,8088	0,9680	1,2851	0,0220	0,0000	0,0000	220,6777	1,0000	0,0000	0,0000	6,8871	0,1423	0,2925
Condado	6.733.0000	0,5940	0,4638	523,0819	0,6365	696,8511	0,4295	0,9501	0,0162	0,0000	0,0000	89,6653	0,2819	0,0000	0,0000	11,2026	0,2315	0,2574
Lastro	2.765.0000	0,5330	0,0217	803,1885	0,9774	1.241,3622	1,0000	58,4823	1,0000	0,0000	0,0000	205,0209	0,9142	0,0000	0,0000	1,6383	0,0338	0,4934
Malta	5.672.0000	0,6420	0,8116	490,2393	0,5966	736,1539	0,4706	1,2165	0,0208	0,0000	0,0000	107,0068	0,3769	0,0000	0,0000	0,5717	0,0118	0,2860
Marizópolis	6.522.0000	0,6080	0,5652	418,1806	0,5089	834,7209	0,5739	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	65,7497	0,1507	0,0000	0,0000	7,2467	0,1497	0,2436
Nazarezinho	7.318.0000	0,5620	0,2319	431,3450	0,5249	633,4173	0,3630	2,5276	0,0432	0,0000	0,0000	115,1617	0,4216	0,0000	0,0000	3,5550	0,0735	0,2073
Paulista	12.216.0000	0,5780	0,3478	392,1750	0,4772	621,7927	0,3508	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	67,8494	0,1623	0,0000	0,0000	4,3483	0,0898	0,1786
Pombal	32.712.0000	0,6340	0,7536	551,9060	0,6716	483,5612	0,2060	11,2811	0,1929	0,0000	0,0000	83,6629	0,2489	12,4200	1,0000	13,0150	0,2689	0,4177
Santa Cruz	6.579.0000	0,6180	0,6377	553,0320	0,6730	546,9709	0,2724	0,5435	0,0093	0,0000	0,0000	109,3869	0,3900	0,0000	0,0000	4,4870	0,0927	0,2594
São Bentinho	4.451.0000	0,6060	0,5507	0,0000	0,0000	835,5008	0,5747	0,1168	0,0020	0,0000	0,0000	147,5542	0,5992	0,0000	0,0000	10,5215	0,2174	0,2430
São Domingos d	3.061.0000	0,5480	0,1304	821,7588	1,0000	1.154,1743	0,9086	5,3369	0,0913	0,0000	0,0000	164,7752	0,6936	0,0000	0,0000	8,6697	0,1791	0,3754
São Francisco	3.375.0000	0,5800	0,3623	768,8815	0,9357	1.005,7489	0,7531	1,5926	0,0272	0,0000	0,0000	204,2333	0,9099	0,0000	0,0000	48,4043	1,0001	0,4985
São José da Lag	7.677.0000	0,5300	0,0000	401,3291	0,4884	659,1276	0,3899	7,6073	0,1301	33,5292	1,0003	64,9822	0,1465	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,2694
Sousa	68.822.0000	0,6680	1,0000	510,1256	0,6208	286,9921	0,0000	0,6721	0,0115	0,0000	0,0000	38,2536	0,0000	0,0000	0,0000	10,7494	0,2221	0,2318
Vieirópolis	5.295.0000	0,5710	0,2971	419,9877	0,5111	825,1679	0,5639	3,9662	0,0678	0,0000	0,0000	91,9969	0,2946	0,0000	0,0000	19,8360	0,4098	0,2680
Vista Serrana	3.744.0000	0,5660	0,2609	689,5626	0,8391	650,4656	0,3809	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	132,1155	0,5146	0,0000	0,0000	0,5342	0,0110	0,2508
	Mínimo	0,5300		0,0000		286,9900		0,0000		0,0000		38,2500		0,0000		0,0000		
	Máximo	0,6680		821,7600		1.241,3600		58,4800		33,5200		220,6700		12,4200		48,4000		

## Dimensão Ambiental

Municípios	População	GASTOS EM SANEAMENTO - PER CAPITA	GASTOS EM SANEAMENTO - MARTINS CANDIDO	GASTOS EM GESTÃO AMBIENTAL - PER CAPITA	GASTOS EM GESTÃO AMBIENTAL - MARTINS CANDIDO	GASTOS EM URBANISMO - PER CAPITA	GASTOS EM URBANISMO - MARTINS CANDIDO	Média da Dimensão Ambiental
Aparecida	8263,0000	1,8600	0,0168	0,0000	0,0000	194,6800	0,2251	0,0806
Cajazeirinhas	3165,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	168,8100	0,1624	0,0541
Condado	6733,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	124,1100	0,0541	0,0180
Lastro	2765,0000	110,7300	1,0000	0,0000	0,0000	199,6600	0,2372	0,4124
Malta	5672,0000	12,6000	0,1138	0,0000	0,0000	246,7100	0,3512	0,1550
Marizópolis	6522,0000	39,2700	0,3546	16,0800	0,8953	189,6100	0,2128	0,4876
Nazarezinho	7318,0000	12,9800	0,1172	0,0000	0,0000	113,6000	0,0286	0,0486
Paulista	12216,0000	0,0000	0,0000	5,8800	0,3274	219,6200	0,2856	0,2043
Pombal	32712,0000	0,0000	0,0000	17,9600	1,0000	166,9300	0,1579	0,3860
Santa Cruz	6579,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	224,6700	0,2978	0,0993
São Bentinho	4451,0000	0,5000	0,0045	12,3500	0,6876	138,1700	0,0882	0,2601
São Domingos	3061,0000	26,3800	0,2382	6,5300	0,3636	309,6600	0,5038	0,3685
São Francisco	3375,0000	31,2000	0,2818	0,0000	0,0000	351,8800	0,6062	0,2960
São José da Lag	7677,0000	96,5700	0,8721	0,0000	0,0000	101,8000	0,0000	0,2907
Sousa	68822,0000	46,7600	0,4223	0,0900	0,0050	124,3300	0,0546	0,1606
Vieirópolis	5295,0000	50,9700	0,4603	0,0000	0,0000	204,0600	0,2479	0,2361
Vista Serrana	3744,0000	4,1800	0,0377	0,0000	0,0000	514,3700	1,0000	0,3459
	Mínimo	0,0000		0,0000		101,8000		
	Máximo	110,7300		17,9600		514,3700		